

COMISSÃO NACIONAL



DS

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

COMISSÃO NACIONAL PARA OS
OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL - CNODS

2017-2018

Representantes da CNODS

Daniel Sigelmann – Casa Civil/PR
Adriano Augusto de Souza – Casa Civil/PR
José Antonio Marcondes de Carvalho – MRE
Reinaldo José de Almeida Salgado – MRE
Rodrigo Correa Ramiro – MP
Priscilla Rosa Pimentel Sganzerla – MP
Rejane Pieratti – MMA
Elias Begnini – MMA
Alberto Beltrame – MDS
Marcos de Souza e Silva - MDS
Paulo Humberto Guimarães Araújo – Abema
Jussara de Lima Carvalho – Abema
José Coimbra Patriota Filho – CNM
Daniela de Cássia Santos Brito – CNM
Jailson Bittencourt – ABC
Adalberto Luís Val – ABC
Ângela Maria Paiva Cruz – Andifes
Gustavo Henrique de S. Balduino – Andifes
Shelley de Souza Carneiro – CNI
Sérgio de Freitas Monforte – CNI
Caio Luiz Carneiro Magri – Ethos
Jorge Luiz Numa Abrahão – Ethos
Luiz Gustavo de P. Walfrido Filho – UGT
Miguel Salaberry Filho – UGT
Raíssa Alessandra Rossiter - Visão Mundial
Clarice Moraes Ziller – Visão Mundial
Helois Helena S. de Oliveira – Fundação Abrinq
Maitê Fernandez Gauto – Fundação Abrinq
Sandro Nelson Vieira – IBQP
Mayane Burti Marcondes Barbosa – IBQP

Assessoramento técnico permanente:

Enid Rocha Andrade da Silva – Ipea
José Eduardo M. de Sá Brandão – Ipea
Roberto Luís Olinto Ramos – IBGE
João Bosco de Azevedo – IBGE

Presidente da CNODS

Ministro Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República do Brasil
Carlos Marun
Carlos Henrique Menezes Sobral

Secretário Executivo da CNODS

Henrique Villa da C. Ferreira – Segov/PR
Claudio C. Ribeiro – Segov/PR

Colaboradores

Andrea Perez Alves – Segov/PR
Carla Monteaperto Cal - Segov/PR
Carmem S. C. Bueno – Segov/PR
Claudenice Custódio – Segov/PR
Elen Cristina Mesquita – Segov/PR
Eduardo Motta – Segov/PR
Henrique Resende Sabino – Segov/PR
José Botelho Neto – Segov/PR
Laurêncio João Korbes – Segov/PR
Márcio N. Pontual – Segov/PR
Miriam Salette Licnerski Barreto – Segov/PR
Morganna M. P. de Oliveira – Segov/PR
Rubia A.C. Quintão – Segov/PR
Suzana Rabelo Oliveira – Segov/PR

Brasília - DF
Dezembro 2018

INTRODUÇÃO

O presente relatório reflete o esforço de todos os representantes, instituições e segmentos que compõem a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS), no período 2017-2018. Resume o caminho de implementação da Agenda 2030 no Brasil por meio dos principais fatos, ações e realizações referentes ao primeiro mandato da Comissão, bem como os principais desafios à frente.

O documento procura detalhar as entregas efetuadas pela Comissão no período, desde a sua instituição até os dias atuais. Reúne as experiências adotadas para a governança da Comissão, perpassando a criação de Câmaras Temáticas e o conteúdo do Plano de Ação executivo, que estabelece as atividades de internalização, interiorização, disseminação e acompanhamento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável no Brasil.

O texto conta com relatos sobre a participação de seus representantes em eventos de disseminação dos ODS em todo o território nacional, bem como a participação nas ações e atividades de cooperação internacional.

Os desafios a serem vencidos para o alcance das metas dos ODS até 2030 são muitos, entretanto, o compromisso da CNODS com toda a sociedade brasileira é de oferecer as melhores condições para que o País possa atender as expectativas da entrega de resultados plausíveis e esperados para honrar seu protagonismo na Agenda 2030. Afinal, foi aqui no Brasil, na Rio + 20 em 2012, que tudo começou.

O Relatório foi elaborado a várias mãos e oferece uma prestação de contas da instância máxima de governança nacional da Agenda 2030 no país e, uma sinalização das oportunidades que o desenvolvimento sustentável pode proporcionar à sociedade brasileira para garantir que “ninguém seja deixado para trás”.

Henrique Villa da Costa Ferreira

Secretário Executivo da CNODS

Secretário Nacional de Articulação Social

Secretaria de Governo/PR

Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Brasil).

Relatório de Atividades 2017-2018. Brasília: Presidência da República, 2018.

80p.

ISBN

1. Desenvolvimento Sustentável – Brasil. 2. Agenda 2030. 3. Governança – Brasil. I. Título.

CDU 338.1(81)

SUMÁRIO

| | | |
|-------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 1. | Apresentação | 06 |
| 2. | Contextualização | 09 |
| 3. | Modelo de governança nacional para a implementação dos ODS | 12 |
| 4. | Principais realizações da CNODS Biênio 2017-2018 | 17 |
| 4.1 | Gestão e Governança da Comissão Nacional para os ODS (Eixo 1) | 19 |
| 4.1.1 | Regimento Interno da Comissão Nacional para os ODS (CNODS) | 21 |
| 4.1.2 | Plano de Ação da CNODS (2017-2019) | 21 |
| 4.1.3 | Elaboração do Relatório de Atividades da CNODS | 21 |
| 4.1.4 | Criação de Câmaras Temáticas | 22 |
| 4.2 | Disseminação da Agenda 2030 (Eixo 2) | 23 |
| 4.2.1 | Estratégia de Comunicação e Mobilização | 25 |
| 4.3 | Internalização da Agenda 2030 (Eixo 3) | 27 |
| 4.3.1 | Adequação das Metas Nacionais | 27 |
| 4.3.2 | Definição dos Indicadores | 30 |
| 4.3.3 | Alinhamento das Políticas Públicas Federais com os ODS | 34 |
| 4.4 | Territorialização da Agenda 2030 (Eixo 4) | 36 |
| 4.4.1 | Estímulo à criação de Comissões Subnacionais (estaduais e municipais para implementação dos ODS) | 38 |
| 4.4.2 | Sistematização de Práticas para o Alcance dos ODS | 40 |
| 4.5 | Acompanhamento e Monitoramento (Eixo 5) | 42 |
| 4.5.1 | Instrumentos e Mecanismos de Monitoramento: acompanhamento e avaliação do progresso do Brasil no cumprimento de metas e objetivos Agenda 2030 | 44 |
| 5. | Desafios e Próximos Passos | 47 |
| 6. | Destaques CNODS 2017-2018 | 51 |
| 7. | Destaques Representação CNODS 2017-2019 | 54 |
| | ANEXOS | 72 |
| | GLOSSÁRIO | 77 |



1. APRESENTAÇÃO

1. APRESENTAÇÃO

O presente relatório retrata em linhas gerais as principais atividades realizadas pela Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS), e seus membros, no biênio 2017-2018.

A CNODS, criada por meio do [Decreto n.º 8.892](#), em 27 de outubro de 2016, integra a estrutura da [Secretaria de Governo da Presidência da República](#) (Segov/PR), e constitui instância de governança nacional da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável no Brasil.

De natureza consultiva e paritária, a Comissão tem como propósito atuar no processo de articulação entre os entes federativos e a sociedade civil para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Para isso, conta com a participação de representantes dos três níveis de governo e de diversos setores da sociedade civil, constituindo um amplo espaço de mobilização e diálogo.

Os dezesseis representantes que compõem a Comissão estão assim distribuídos: oito membros representando instâncias governamentais (seis de Ministérios da estrutura do Governo Federal; um coletivo dos governos estaduais; e um coletivo dos governos municipais) e oito membros representando a sociedade civil, sendo dois do segmento empresarial; dois da academia e de instituições de ensino e pesquisa; e quatro de coletivos de organizações sociais sem fins lucrativos. O processo de escolha dos oito representantes da sociedade civil, bem como das organizações representantes dos governos estaduais e municipais, deu-se por meio de editais públicos.

O modelo de governança brasileiro para a Agenda 2030 foi reconhecido pela comunidade internacional como instância de diálogo e participação que viabiliza os objetivos de integração e de implementação dos ODS, facilitando a difusão e popularização da Agenda no País.

Está em andamento um conjunto de esforços de interiorização da Agenda: iniciativas de comunicação e disseminação dos ODS, bem como a mobilização e engajamento de atores governamentais e da sociedade civil para “não deixar ninguém para trás” - expressão que simboliza a Agenda.

A implementação da Agenda em âmbito local (em estados e municípios) se dá em todo o território brasileiro. É onde a transformação ocorre e a Agenda se realiza. Este processo conta com efetiva contribuição das entidades municipalistas para honrar o compromisso assumido em

setembro de 2015 na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). Está sendo oferecido aos parceiros locais um conjunto de iniciativas, que vão desde capacitação para a gestão da Agenda até apoio à elaboração de diagnósticos para o planejamento do desenvolvimento local. Entre as iniciativas está a criação de um “banco de práticas” que tem por objetivo subsidiar e apoiar gestores públicos com soluções já devidamente testadas e implementadas em outras partes do território brasileiro.

A experiência brasileira de adequação das metas e indicadores globais dos ODS à realidade nacional é uma iniciativa pioneira que auxilia o alinhamento das políticas públicas e de iniciativas da sociedade civil com a Agenda 2030. O monitoramento do progresso nacional no cumprimento das metas e objetivos da Agenda 2030 ganhou um enorme impulso com o lançamento da Plataforma ODS Brasil em 24 de abril de 2018, disponível em <https://ods.ibge.gov.br>

A perspectiva é que o planejamento governamental se alinhe aos ODS, seja por meio da retomada do planejamento de longo prazo, no âmbito da chamada Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Endes-2031), seja pela importante e efetiva vinculação da programação orçamentária à Agenda.

Essas e outras iniciativas serão abordadas e detalhadas em três partes neste relatório: introdução, que apresenta, e contextualiza, a importância da Agenda 2030; descrição das principais entregas da Comissão no período 2017-2018 - incluindo capítulo sobre Modelo de Governança dos ODS no Brasil, distribuídas pelos cinco grandes Eixos Estratégicos do Plano de Ação da CNODS 2017-2019; e uma conclusão contendo desafios e próximos passos, destaques, glossário e anexos.



2. CONTEXTUALIZAÇÃO

2. CONTEXTUALIZAÇÃO

O ano de 2015 inaugura a Agenda 2030 em substituição ao ciclo da Declaração do Milênio, no qual o Brasil destacou-se como um dos países que mais avançou no cumprimento dos oito Objetivos do Milênio (ODM).

A implementação dos ODM permitiu avanços sociais expressivos no período de 2000 a 2015. O País alcançou e superou a maioria das metas pactuadas. Os governos federal, estaduais e municipais concentraram-se em resultados que pudessem aliar crescimento econômico com a redução da pobreza e da fome, resultando em convergência da renda e queda contínua, ainda que tênue, das desigualdades sociais e, sobretudo, regionais do País.

A Conferência Rio+20, realizada em 2012, marcou o início da mobilização por uma nova agenda de desenvolvimento. Foram criados mecanismos institucionais de intercâmbio de experiências e ideias entre distintos segmentos da sociedade civil nacional e internacional sobre temas relacionados ao desenvolvimento sustentável que priorizassem os interesses coletivos. Nascia o que se convencionou chamar de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A adoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, em setembro de 2015, por todos os 193 Estados Membros da ONU, representou o momento político internacional de maior relevância para o desenvolvimento sustentável neste século. De 2012 a 2015, intensas discussões contribuíram para a adoção de um documento ambicioso, estruturado a partir de uma visão integrada das três dimensões do desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental.

No Brasil, o processo de coordenação nacional para a negociação dos ODS foi amplo e participativo. Contou com o engajamento de ministérios, além de representantes de governos locais e da sociedade civil, que construíram uma posição nacional sólida e integrada na negociação dos ODS, no âmbito do “Grupo de Trabalho Interministerial para a Agenda Pós-2015”.

Os três poderes da república: executivo, legislativo e judiciário, aliados ao setor produtivo, à academia e às organizações da sociedade civil, deverão unir-se em prol da implementação dos ODS. Os 17 objetivos e 169 metas dialogam diretamente com os desafios históricos que o Brasil enfrenta para a construção de um país, cuja pujança territorial e riqueza ambiental ainda não se refletem integralmente em prosperidade interna e bem-estar da população.

As persistentes desigualdades regionais, a violência urbana, o combate à pobreza são exem-

plos de temas abordados pelos ODS que conversam diretamente com a promoção de direitos humanos e a melhoria das condições sociais e econômicas, sobretudo das populações mais vulneráveis.

Mais do que dar acesso às gerações atuais aos recursos naturais que produzem riqueza e bem-estar (sem comprometer a capacidade de atender às mesmas aspirações de gerações futuras) o desenvolvimento sustentável no Brasil envolve a superação da pobreza, essencial para o pleno exercício da cidadania, em um ambiente de justiça e paz social. É disso que o documento “Transformando nosso Mundo” trata, dialogando diretamente com desafios históricos nacionais.

Imbuído do desejo de implementar a Agenda 2030 no Brasil, o Governo Federal propôs uma estrutura que desse suporte ao início da caminhada. É neste contexto que surge a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS), composta por representantes da pluralidade da sociedade civil brasileira e dos governos.



3. MODELO DE GOVERNANÇA NACIONAL PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS ODS

3. MODELO DE GOVERNANÇA NACIONAL PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS ODS

Desde sua proposição, o formato, a dimensão e o perfil institucional da CNODS, como instância máxima do modelo de governança dos ODS no Brasil, ocupou a atenção da equipe responsável por conduzir a estruturação da Agenda 2030 brasileira.

A criação de uma instância de governança nacional de caráter plural, coletiva e com a participação de múltiplos atores foi fruto da contribuição, e sugestão, da sociedade civil ouvida pelo Grupo de Trabalho Interministerial por ocasião dos esforços de consulta realizados pós Rio+20. Portanto, a CNODS nasce de forma singular, “de baixo para cima”, o que se entende como uma das grandes características da Agenda 2030 no Brasil.

O [Decreto n.º 8.892](#), de 27 de outubro de 2016, cria a CNODS e estabelece em seu artigo 1º que a Comissão tem como finalidade “internalizar, difundir e dar transparência ao processo de implementação da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) para o Desenvolvimento Sustentável, subscrita pela República Federativa do Brasil”. E no Parágrafo único do mesmo artigo, está consignado que a Comissão é “instância colegiada paritária, de natureza consultiva, integrante da estrutura da Segov/PR, para a articulação, a mobilização e o diálogo com os entes federativos e a sociedade civil”.

A Comissão Nacional para os ODS é composta por dezesseis integrantes (titulares e suplentes), assim distribuídos: seis representantes do Governo Federal, dos seguintes órgãos fixados pelo Decreto nº 8.892/2016: Secretaria de Governo e Casa Civil da Presidência da República; Ministério das Relações Exteriores; Ministério do Desenvolvimento Social; Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; e Ministério do Meio Ambiente. Além de um representante dos níveis de governo estadual e distrital, a Associação Brasileira de Entidades Estaduais do Meio Ambiente (Abema); um representante do nível de governo municipal, a Confederação Nacional de Municípios (CNM); e oito representantes da sociedade civil, Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Academia Brasileira de Ciências (ABC), Confederação Nacional da Indústria (CNI), Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (Ethos), Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade (IBPQ), União Geral dos Trabalhadores (UGT), Visão Mundial, e Fundação Abrinq pelos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (Fundação Abrinq).

Os integrantes do Governo Federal foram definidos utilizando como base as três dimensões

do desenvolvimento sustentável da Agenda global: social, ambiental, econômica.

Coube à Segov/PR a função de Presidência da CNODS uma vez que é responsável pela coordenação política e social do governo federal com entidades externas ao poder público, em especial pela interlocução com estados, Distrito Federal, municípios e sociedade civil. Cabendo à Secretaria Nacional de Articulação Social (Snas), da Segov/PR, a função de Secretaria Executiva da Comissão. A figura 1, a seguir, apresenta-se a estrutura atual da CNODS.



Figura 1: Configuração da Comissão Nacional para os ODS por segmentos biênio 2017-2019

A escolha dos integrantes do nível de governo subnacional (coletivos representantes dos estados e municípios) bem como os da sociedade civil, para o primeiro biênio de funcionamento da CNODS, foi realizada por meio de editais públicos.

O processo de seleção foi coordenado pela Snas/Segov/PR, e contou com a colaboração de um Júri formado por Especialistas em desenvolvimento sustentável¹.

Os representantes dos níveis de governo subnacionais, bem como os da sociedade civil, têm mandato de dois anos, seguindo esse modelo até 2030, permitindo uma maior participação de coletivos nacionais na Comissão Nacional e oportunidade para que diversos deles expressem suas contribuições para a implementação da Agenda até 2030.

¹ O Comitê de Seleção foi composto por representantes da sociedade civil e especialistas em dimensões do desenvolvimento sustentável Portaria Segov/PR n.º 24, de 04 de abril de 2017.

Quanto ao seu funcionamento, o artigo 4º do Decreto de criação da CNODS determina que a mesma se reunirá em “caráter ordinário, semestralmente e, em caráter extraordinário, a qualquer tempo, mediante convocação de seu Presidente”. A cerimônia de posse dos membros da Comissão ocorreu em 29 de junho de 2017 e a primeira reunião ordinária no dia 07 de julho do mesmo ano. A tabela com datas das reuniões encontra-se disponível na seção Destaques CNODS 2017-2018.

Na atual gestão, os coletivos representativos de diversos segmentos do cenário nacional (Figura 2), com atuação nas cinco regiões do País, congregam um conjunto expressivo de instituições, o que amplia o processo de planejamento e execução das ações previstas no Plano de Ação elaborado pela Comissão para a implementação da Agenda 2030.



Figura 2: Representatividade dos integrantes de coletivos da sociedade civil e de nível de governos subnacionais da Comissão Nacional para os ODS (2017-2019).

Assessoramento Técnico Permanente

São instituições de assessoramento técnico permanente à CNODS a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). O apoio de ambas as instituições à Comissão é fundamental para a implementação da Agenda 2030 no Brasil, com ênfase na definição de indicadores e acompanhamento de metas globais adequadas à realidade brasileira.

Câmaras Temáticas

Na estrutura de governança da CNODS, a criação de Câmaras Temáticas está diretamente ligada ao desenvolvimento de estudos técnicos e à elaboração de propostas de aperfeiçoamento das políticas públicas para a implementação da Agenda 2030. São instâncias fundamentais à ampliação da governança da Comissão Nacional. A composição das Câmaras Temáticas reproduz o verificado na Comissão e inclui outros representantes de órgãos públicos e da sociedade civil, ainda que sem o instituto da paridade. Nas Câmaras o processo de participação na governança da Agenda 2030 brasileira é ampliado. São elas que produzem conteúdos para a Comissão e onde surgem as principais recomendações para o bom andamento dos ODS no Brasil.

Na próxima seção serão explicitados os principais resultados e entregas da Comissão inseridos em seu Plano de Ação para o biênio 2017-2018, segundo os seus cinco grandes Eixos.



**4. PRINCIPAIS
REALIZAÇÕES DA CNODS
BIÊNIO 2017-2018**

4. PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DA CNODS BIÊNIO 2017-2018

Criada por meio de um processo colaborativo e participativo e com o mandato de indução e acompanhamento da implementação dos ODS no Brasil, a CNODS estabeleceu como sua primeira tarefa a elaboração de um Plano de Ação, conforme disposto no inciso I, do artigo 2º, do Decreto n.º 8.892/2016.

O [Plano de Ação para o período de 2017-2019](#) é composto por cinco grandes eixos estratégicos, que traduzem os principais desafios que estão postos à Comissão para ancorar a Agenda 2030 no território nacional, no mandato que lhe compete, Figura 3.



Figura 3: Eixos estratégicos no Plano de Ação da CNODS 2017-2019

O Eixo I, “Gestão e Governança”, refere-se ao regramento e à funcionalidade da CNODS. Mobilizar todos os grupos de atores (governo federal, governos estaduais e municipais, setor privado, sociedade civil, instituições de ensino, pesquisa e extensão), para que, cada um na sua esfera, contribua para a disseminação e o alcance das metas dos ODS.

O Eixo 2 faz menção a um dos maiores desafios da CNODS: a disseminação da Agenda 2030 na sociedade brasileira. Para se comprometer com os ODS a sociedade brasileira precisa estar informada de suas características e preparada para assumir papel de liderança e protagonismo.

Da mesma forma, a internalização da Agenda, com sua incorporação ao planejamento interno e sua interiorização são as prioridades dispostas nos Eixos 3 e 4.

Por fim, seguindo este mesmo raciocínio, as atividades de monitoramento e acompanhamento da Agenda, fundamentais para a real medição dos resultados alcançados pelo Brasil, foram estabelecidas no Eixo 5 do Plano de Ação 2017-2019.

A construção do Plano de Ação 2017-2019 seguiu uma lógica que determinou, para cada um dos cinco grandes Eixos propostos, a indicação de “resultados previstos” e “produtos determinados”. Cada produto estabelece ainda, “prazos de entrega” e “entidades responsáveis” por tais entregas.

A seguir serão apresentadas, por Eixo Estratégico, as principais realizações da CNODS no biênio 2017-2018.

4.1 Gestão e Governança da Comissão Nacional para os ODS (Eixo 1)

De caráter transversal, o Eixo I do Plano de Ação trata das providências relacionadas à gestão e governança da Comissão Nacional e tem por objetivo garantir a integração, participação, comunicação, funcionamento e efetividade da CNODS enquanto instância máxima da Agenda 2030 no âmbito nacional. As ações, resultados, produtos, prazos e responsáveis previstos no Plano de Ação ao período a que este Relatório se refere, estão resumidas de forma esquemática, na Figura 4 (os resultados e produtos com prazo de entrega para além de dezembro/2018, que não estão contemplados no presente Relatório, se encontram sombreados na referida Figura).

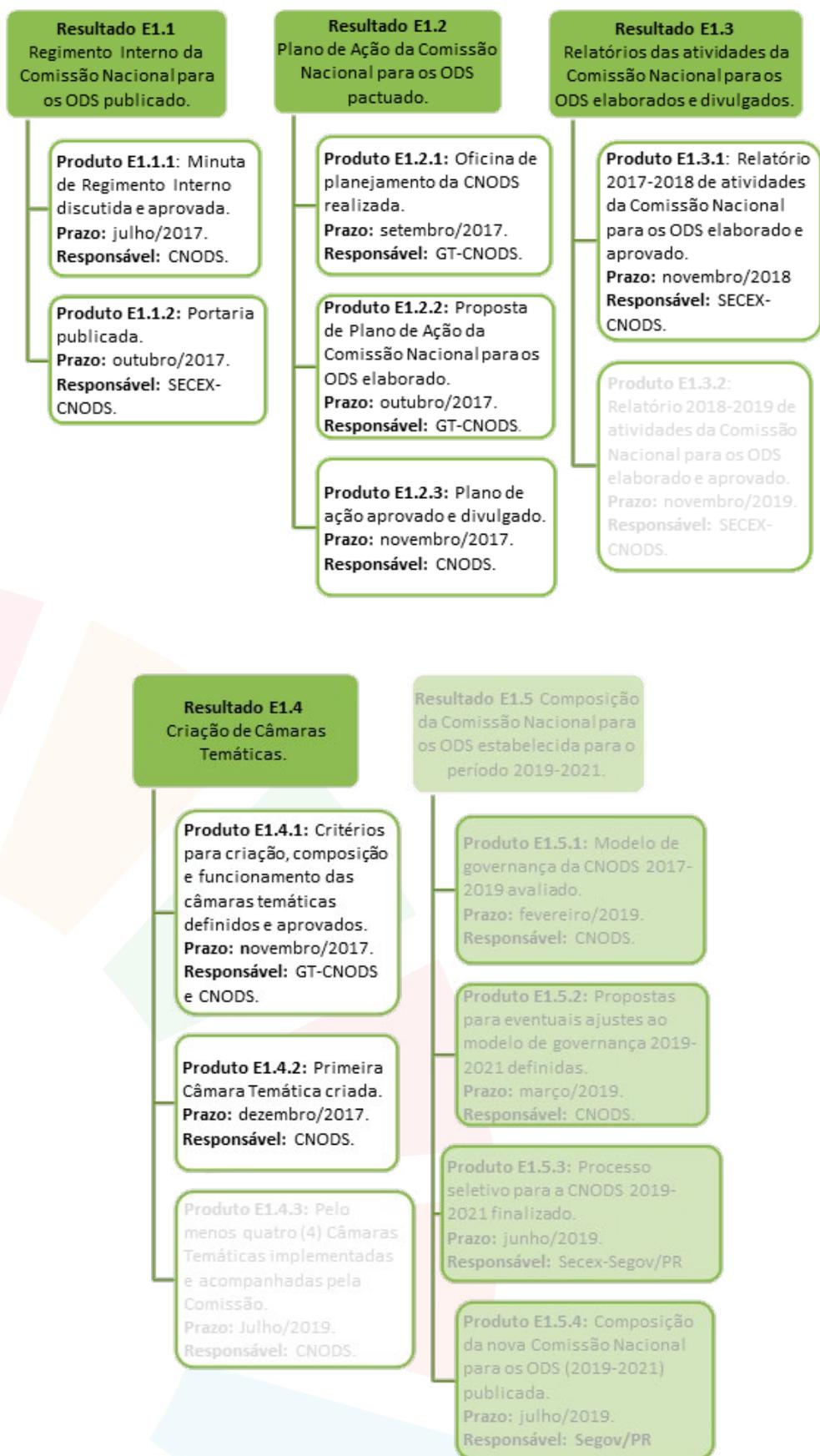


Figura 4: Eixo 1 - ações, resultados, produtos, prazos e responsáveis previstos no Plano de Ação biênio 2017-2018

4.1.1 Regimento Interno da Comissão Nacional para os ODS (CNO DS)

Por ocasião da 1ª Reunião Ordinária da Comissão, realizada em 07 de julho de 2017, os membros elaboraram e aprovaram o Regimento Interno da CNO DS, posteriormente, publicado por meio da [Portaria Segov/PR n.º 81, de 11 de outubro de 2017](#).

4.1.2 Plano de Ação da CNO DS (2017-2019)

Diversas atividades foram realizadas para a elaboração da proposta de Plano de Ação 2017-2019, conforme demonstrado na Figura 5. O processo de elaboração do Plano de Ação contou com oficinas de trabalho, entrevistas com atores da CNO DS, rodadas de consultas, e durou cerca de três meses até a aprovação final do documento que estabelece os compromissos da Comissão para a implementação da Agenda 2030 no período de vigência do 1º mandato.

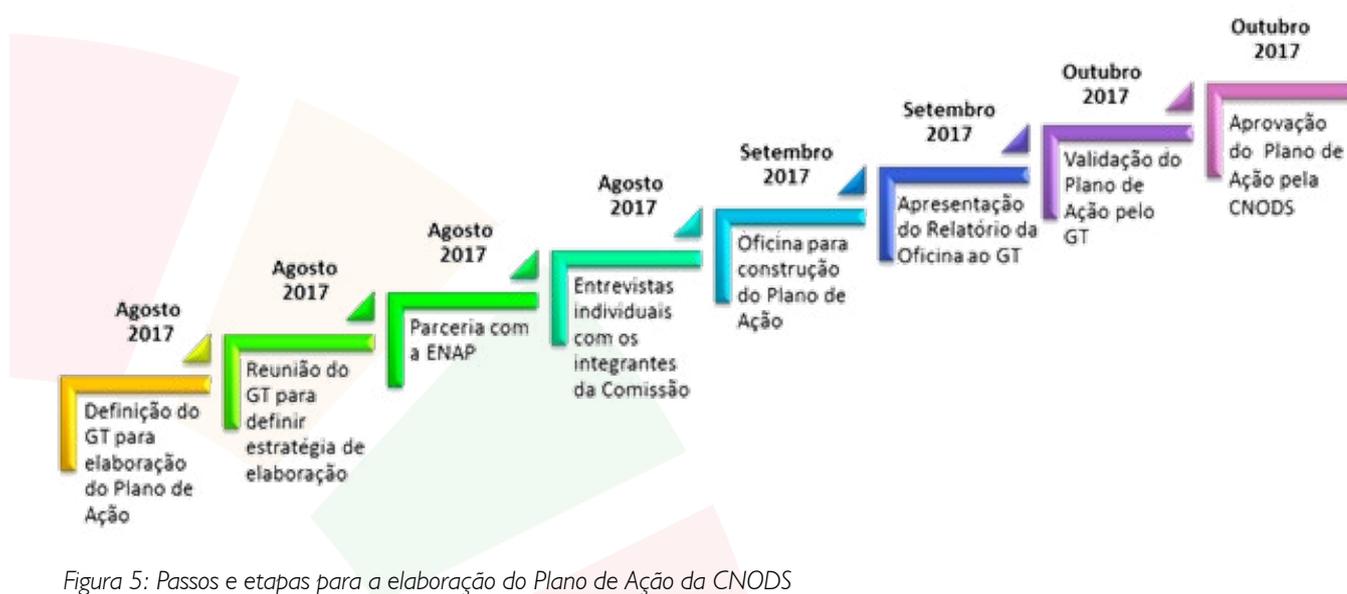


Figura 5: Passos e etapas para a elaboração do Plano de Ação da CNO DS

A versão completa do Plano de Ação da Comissão foi amplamente divulgada para a sociedade brasileira por meio de uma série de reuniões e eventos em todo o País. Para tornar o documento de mais fácil acesso ao público e ampliar a disseminação do mesmo, foi elaborada uma [versão executiva do Plano de Ação](#), que traz informações sobre Eixos, Resultados e Produtos com comunicação mais simples e direta.

4.1.3 Elaboração do Relatório de Atividades da CNO DS

A Comissão assumiu o compromisso no Plano de Ação de produzir dois Relatórios de Atividades no período do seu mandato, o primeiro referente ao intervalo de junho de 2017 a junho de 2018 originalmente, e o segundo relatório de julho de 2018 a junho de 2019.

Por razões excepcionais, sobretudo vinculadas à transição do Governo Federal e dos Governos estaduais ao final de 2018, a decisão foi de se registrar neste primeiro relato, as atividades relacionadas ao surgimento da estrutura de governança da Agenda 2030 no Brasil retroativa a 2016, mais especificamente a outubro de 2016 quando a Comissão foi criada, até o final do exercício 2018. O presente Relatório reproduz, portanto, as principais realizações da Comissão desde sua instituição até o final deste exercício.

4.1.4 Criação de Câmaras Temáticas

Como mencionado anteriormente, as Câmaras Temáticas (CTs) são instâncias de ampla discussão, de participação estendida a protagonistas da caminhada brasileira até 2030, consideradas o “coração” da atuação da CNODS, são constituídas por representantes governamentais e da sociedade civil e subsidiam as decisões da Comissão em suas recomendações ao Presidente da República. A criação das mesmas está prevista no artigo 8º do Decreto nº 8.892/2016 e sua composição e seus temas são definidos por deliberação da plenária da CNODS.

Alinhadas às diretrizes da Comissão, as CTs têm caráter consultivo e propositivo e são fundamentais para a elaboração de estudos e de proposições referentes ao desenvolvimento e aperfeiçoamento de políticas e ações relativas à concretização dos objetivos e alcance das metas da Agenda 2030.

No sentido de estruturar e organizar a criação e o funcionamento das Câmaras, a CNODS publicou a [Resolução n.º 1, de 18 de julho de 2018](#). Na referida Resolução está explícito que para a criação de cada CT serão instituídos Comitês de Instalação, com conhecimento técnico na temática definida, com a atribuição de elaborar Termo de Referência e indicar as instituições que irão compor as mesmas.

Em conformidade ao cronograma previsto no Plano de Ação foram definidas a criação das seguintes Câmaras Temáticas no período 2017-2018:

- 1ª: Parcerias e Meios de Implementação;
- 2ª: Acompanhamento da Agenda 2030;
- 3ª: Integração de Políticas Públicas; e
- 4ª: Desenvolvimento Regional e Territorial.

A primeira CT instituída pela Comissão, “Parcerias e Meios de Implementação”, tomou posse conforme [Resolução nº 2 de 25 de julho de 2018](#). O mandato da referida CT visa a contribuir para a articulação e mobilização de atores envolvidos na implementação dos ODS, realizar o acompanhamento do ODS17 e fomentar a formação de novas parcerias entre setor público

(executivo, legislativo e judiciário, incluindo governos subnacionais), setor privado e sociedade civil para a identificação e consolidação de meios de implementação para a Agenda 2030.

A segunda CT, denominada de “Acompanhamento da Agenda 2030”, tem como objetivo contribuir para a consolidação dos ODS no país subsidiando a atuação da CNODS por meio da elaboração de estudos técnicos e de propostas para o acompanhamento e monitoramento da implementação da Agenda, envolvendo atores governamentais e da sociedade civil. A CT está em fase de instalação, o Termo de Referência de funcionamento foi elaborado pelo Comitê de Instalação e aprovado pela CNODS em 30 de novembro de 2018.

A Câmara “Integração de Políticas Públicas” encontra-se no estágio inicial de instalação. Seu Comitê de Instalação reuniu-se no dia 11 de dezembro de 2018 para discutir o funcionamento da CT e elaborar um cronograma de reuniões.

A criação da CT “Desenvolvimento Regional e Territorial” foi aprovada na 6ª reunião extraordinária da CNODS em 12 de dezembro de 2018.

Encontravam-se, ainda, em fase de publicação ao final de 2018, duas outras resoluções da CNODS: a [Resolução nº 03, de 06 de dezembro de 2018](#) que estabelece um Regimento Interno Único para todas as Câmaras Temáticas; e a [Resolução de nº 04, de 06 de dezembro de 2018](#) que complementa e atualiza a composição da CT Parcerias e Meios de Implementação.

4.2 Disseminação da Agenda 2030 (Eixo 2)

No início de 2017, a ONU em parceria com o Ibope realizou uma pesquisa² de percepção da população brasileira sobre os 17 ODS. Dentre os principais resultados da pesquisa, destaca-se que metade dos brasileiros nunca ouviu falar dos ODS.

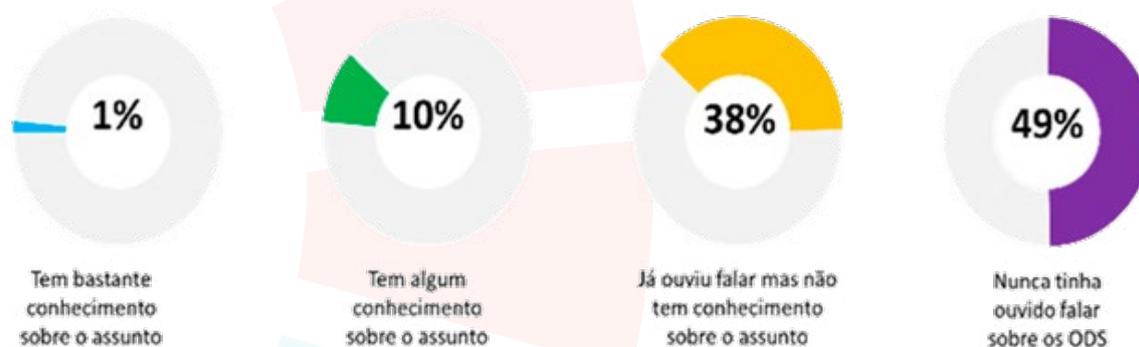


Gráfico 1: Grau de conhecimento do brasileiro sobre os ODS – Ibope, 2017.

² A pesquisa entrevistou 2.002 maiores de 16 anos em 143 municípios brasileiros no mês de abril/2017.

Observou-se que a disseminação dos ODS representa um dos maiores desafios para o engajamento dos diversos setores da sociedade na implementação da Agenda 2030.

Por conseguinte, a CNODS, ao elaborar seu Plano de Ação, definiu como segundo eixo estratégico a “Disseminação da Agenda 2030”, que tem como objetivo difundir e popularizar a Agenda para todo o país por meio de um plano de comunicação que está constituído pelos seguintes subeixos:

- **Comunicação:** que tem por objetivo difundir e popularizar a Agenda 2030 para os públicos-alvo; e
- **Mobilização:** que tem por objetivo engajar os diferentes atores do setor produtivo, academia, organizações da sociedade civil, poderes executivo, legislativo e judiciário.

As ações, os resultados, produtos, prazos e responsáveis pela Estratégia de Disseminação da Agenda 2030. Essas atividades estão resumidas de forma esquemática, na Figura 6 (os resultados e produtos com prazo de entrega para além de dezembro/2018, que não estão contemplados no presente Relatório, se encontram sombreados na referida Figura).

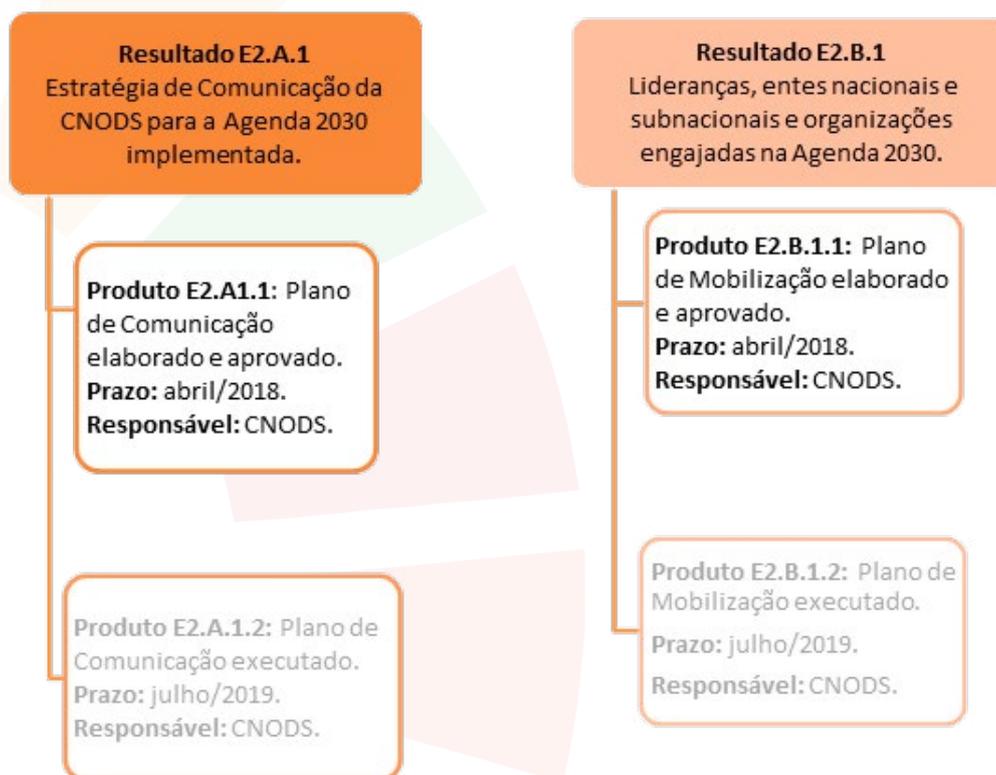


Figura 6: Eixo 2 - ações, resultados, produtos, prazos e responsáveis

4.2.1 Estratégia de Comunicação e Mobilização

No intuito de cumprir o previsto no Eixo 2 do Plano de Ação a CNODS elaborou seu “Plano de Disseminação da Agenda 2030”, abrangendo as áreas de comunicação, produto E2.A1.1, e de mobilização produto E2.B.1.1. A CNODS entendeu que a comunicação e a disseminação são estratégias complementares, devendo estar em um único Plano.

A construção do Plano de Disseminação da Agenda 2030 busca atingir todo território nacional.

Para a construção desse Plano a Comissão cumpriu as seguintes etapas metodológicas, vide figura 7, abaixo:

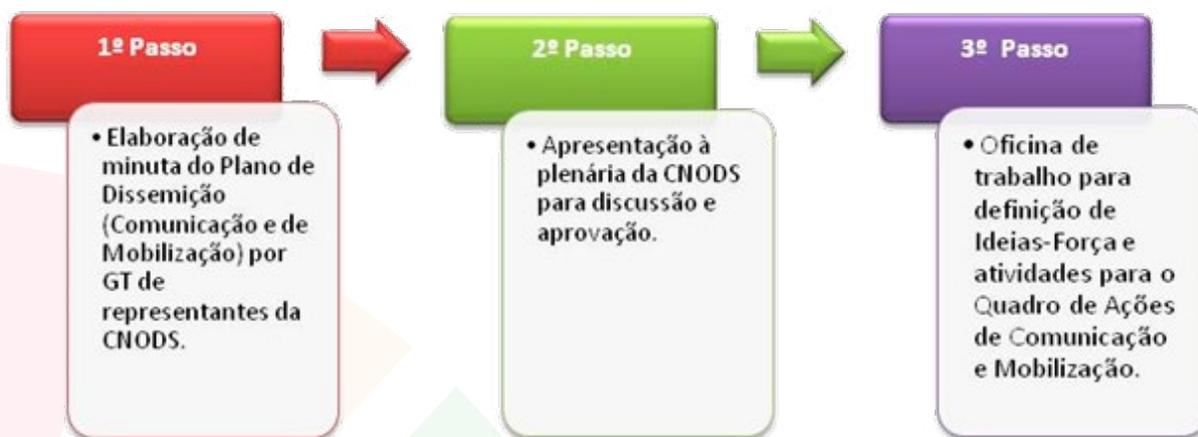


Figura 7: Etapas de construção do Plano de Disseminação da Agenda 2030 CNODS 2017-2019.

A composição de Grupo de Trabalho, contou com representantes da CNODS (Fundação Abrinq, Andifes, CNI, Visão Mundial, Segov/PR, Secretaria de Comunicação da Presidência da República (Secom/PR), Casa Civil/PR, ABEMA, CNM, UGT) e preparou a minuta do Plano de Disseminação.

A minuta do Plano foi apresentada à CNODS e aprovada na reunião plenária do dia 17 de agosto de 2018.

Uma oficina de trabalho teve como objetivo identificar atividades e elementos para auxiliar a Comissão Nacional na execução do Plano de Disseminação da Agenda 2030. Por meio da aplicação de metodologia própria, apoiada em grupos de trabalho com representantes da CNODS e de instituições convidadas (governos federal, estadual, municipal e da sociedade civil) os [principais encaminhamentos da Oficina](#) foram:

- Criação de 15 mensagens-chave/ideias-forças para nortear as ações de comunicação dos ODS; e
- Identificação de mecanismos, ferramentas, estratégias e canais de comunicação para engajar e

mobilizar os diversos segmentos da sociedade brasileira nos ODS e dar visibilidade à Agenda 2030 no País.

O Plano de Disseminação proposto pela CNODS (figura 8) busca engajar os diferentes segmentos da sociedade brasileira na Agenda 2030, por meio de ações a serem realizadas até julho de 2019.



Figura 8: Plano de Disseminação proposto pela CNODS

Com essa iniciativa busca-se disseminar e aumentar o grau de conhecimento sobre os ODS entre os servidores públicos e a sociedade em geral; divulgar os ODS em todo País; envolver os públicos-alvo em campanhas de disseminação dos ODS; e criar uma identidade visual única para os ODS e uma narrativa do significado da Agenda 2030 no contexto nacional.

Dentre as iniciativas de comunicação já entregues e implementadas, destacam-se:

- [Sítio ODS Brasil](#) do Governo Federal;
- [Relatório Nacional Voluntário 2017](#);
- [Plataforma Digital Integrada dos ODS](#);
- Boletim Eletrônico da CNODS ([ed. 1](#), [ed. 2](#));
- [Versão resumida do Plano de Ação 2017 – 2019](#);
- Material de divulgação (folders, pasta, banner, camiseta) da Agenda 2030 do Brasil;
- [Vídeo de divulgação](http://www4.planalto.gov.br/ods/videos) da Agenda 2030 (<http://www4.planalto.gov.br/ods/videos>); e
- Peças de comunicação vinculadas à realização da [1ª Edição do Prêmio ODS Brasil](#), como [cartilha](#), [revista](#) do Prêmio; [vídeo](#) para cerimônia de premiação.

4.3 Internalização da Agenda 2030 (Eixo 3)

O Eixo 3 do Plano de Ação trata de temas relacionados à internalização da Agenda 2030 no Brasil e é composto por resultados complementares entre si e congregam as ações relacionadas à preparação do País para lidar internamente com os desafios de implementação dos ODS. São ações relacionadas à adequação de metas e indicadores globais à realidade brasileira, ao alinhamento das políticas públicas federais com os ODS e ao fortalecimento de parcerias. Na figura 9 encontram-se resumidas as ações, os resultados, os produtos, os prazos e os responsáveis pela Estratégia de Internalização da Agenda 2030 no País (os resultados e produtos com prazo de entrega para além de dezembro/2018, que não estão contemplados no presente Relatório, se encontram sombreados na referida Figura).

4.3.1 Adequação das metas globais à realidade nacional

A estratégia de internalizar a Agenda global no Brasil e torná-la instrumento efetivo de planejamento do esforço brasileiro de implementação dos ODS deve contar com um conjunto de ações que preparem e fortaleçam o País para a caminhada até 2030. A ONU tem proposto aos países signatários da Agenda que levem em consideração suas realidades e prioridades nacionais, no momento de definição das estratégias a serem adotadas para o alcance dos ODS, e o Brasil está absolutamente alinhado a tal recomendação.

Dentre as iniciativas dignas de registro, o País empreendeu, por meio do Ipea, órgão de assessoramento permanente da CNODS, esforços para aproximar à sua realidade e às prioridades nacionais as metas estabelecidas globalmente.

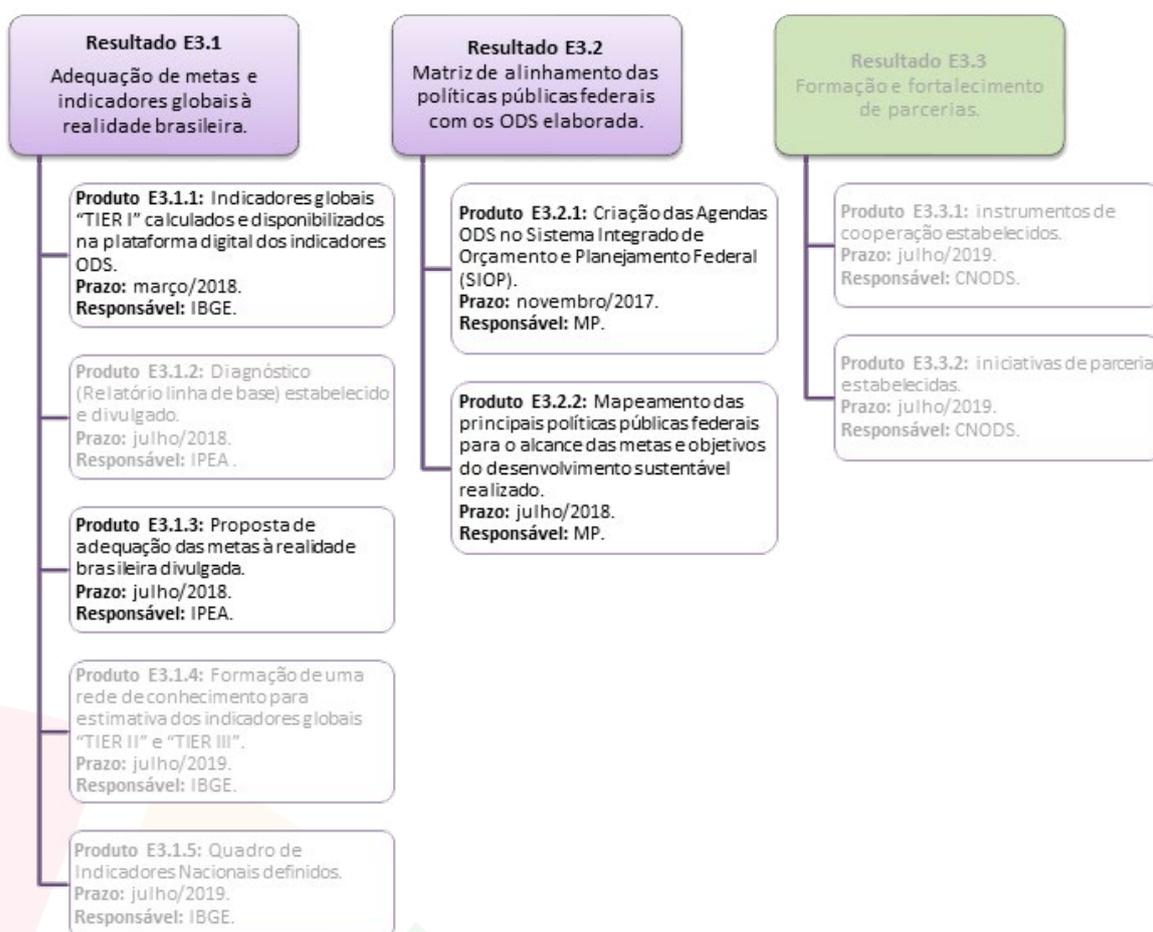
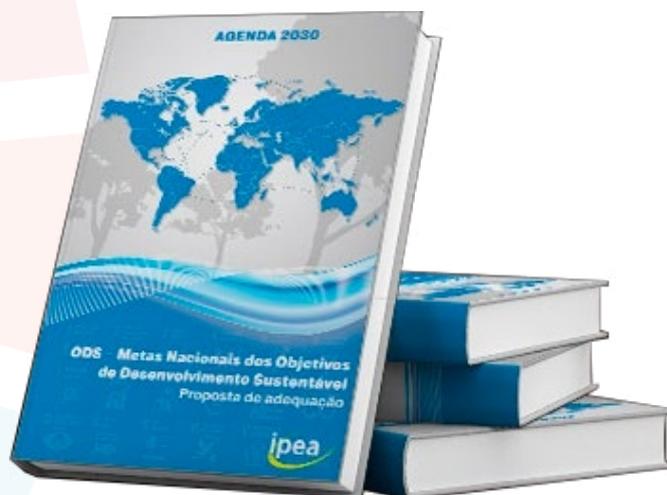


Figura 9: Eixo 3 - ações, resultados, produtos, prazos e responsáveis

A proposta de adequação de metas à Agenda 2030 brasileira, Produto E3.1.3, foi resultado de um processo participativo. O Ipea, ao coordenar o esforço de elaboração da proposta, contou com a contribuição de um grupo qualificado de colaboradores. A construção do documento, que contém mais de 500 páginas, envolveu 75 órgãos públicos e mais de 600 especialistas e técnicos governamentais, que participaram dos debates e oficinas de trabalho.

O documento "ODS – Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Proposta de adequação"³ tem, sobretudo, papel de estabelecer o amplo processo de debate que a Comissão Nacional pretende realizar junto aos governos, setores empresariais, acadêmicos e organizações da sociedade civil como um todo, para situar a Agenda 2030 no centro da estratégia de desenvolvimento do País.



3 Documento disponível em www.ipea.gov.br

Como resultado do esforço governamental, chegou-se inicialmente à conclusão que das 169 metas globais encaminhadas pela ONU, 167 foram consideradas convergentes ao Brasil, ainda que muitas delas tenham requerido alterações no texto para se adequarem às especificidades nacionais. Dessas, 128 foram alteradas, tendo em vista a necessidade de adequá-las à realidade brasileira. Além das adequações, foram criadas oito novas metas, totalizando assim 175 metas nacionais, sendo 99 classificadas como finalísticas e 76 como de implementação. O relatório brasileiro, pioneiro no mundo, readequou o conjunto das metas às prioridades do Brasil, considerando estratégias, planos e programas nacionais e os desafios do País para garantir o desenvolvimento sustentável nas próximas décadas. O relatório apresenta em linhas gerais, a meta global, a meta readequada ao país (denominada de meta Brasil), a justificativa para a readequação e uma breve definição conceitual, vide Figura 10.



Figura 10: Estrutura conceitual do Relatório de Proposta de Adequação de Metas ODS coordenado pelo Ipea, 2018.

Finalizado o trabalho no âmbito do Governo Federal, o resultado foi apresentado à CNODS que deliberou submeter a proposta à consulta pública, a fim de incorporar as sugestões da sociedade civil ao documento. Ao fim do exercício de 2018, a proposta estava sendo revista, agregando as sugestões da sociedade civil geradas pela consulta pública realizada entre os dias 16 de novembro a 16 de dezembro.

Em 2019, após o término da consulta pública e findo o período de readequação da proposta, a CNODS avaliará o resultado final e o submeterá ao Presidente da República, que terá à sua disposição um documento de consenso da sociedade brasileira que estabelece o conjunto de metas definitivas para a implementação da Agenda 2030 no Brasil.

Uma vez concluído o processo de consulta é que será possível para o Ipea e o IBGE elaborar o diagnóstico da situação brasileira e construir o relatório de linha de base nacional. Dessa forma, a CNODS deliberou que o produto E3.I.2, originalmente previsto para julho de 2018, será postergado para 2019.

4.3.2 Definição dos Indicadores

A utilização de indicadores globais é fundamental para se entender e comparar o progresso das nações signatárias da Agenda 2030 no conjunto dos 17 ODS.

Os mecanismos institucionais de controle e monitoramento são fatores críticos para o sucesso no alcance das metas da Agenda 2030. Cabe ao IBGE, órgão de assessoramento permanente da CNODS, a tarefa de produzir e disponibilizar os indicadores nacionais.

O Produto E3.I.1 - Indicadores globais “TIER I”, calculados e disponibilizados na plataforma digital dos indicadores ODS, foi concluído com êxito pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatísticas (IBGE), que disponibilizou em 2018 a Plataforma ODS Brasil, instrumento capaz de reunir em um único endereço eletrônico diversas informações relevantes para a Sociedade Civil e o Governo (<https://ods.ibge.gov.br/>).

Sobre a disponibilização dos indicadores globais, deve-se registrar que o IBGE tem sido a instituição protagonista na América do Sul e Caribe, coordenando a participação brasileira no grupo de especialistas e interagências que cuidam dos indicadores da Agenda 2030.

Na estrutura de governança criada para a execução do Produto E3.I.1, a coordenação geral é exercida pela Presidência do IBGE e há coordenadores para cada um dos 17 ODS, titulares e suplentes, que atuam nas Diretorias de Geociências (DGC) e de Pesquisas (DPE). Estes 17 coordenadores estruturaram grupos de trabalho, em conjunto com os produtores de dados, visando a construção compartilhada dos indicadores globais com dados informados pelas instituições nacionais.

Em setembro de 2017, o Instituto realizou o “II Encontro de Produtores de Informação Visando à Agenda 2030”, que ocorreu na Escola de Administração Pública (Enap), em Brasília, com o apoio da Segov/PR e do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG). O objetivo foi reunir produtores de informação visando a discussão dos planos de ação iniciais para a construção compartilhada dos indicadores globais. Esta etapa do trabalho objetivou definir a produção das bases de dados necessárias ao cálculo dos indicadores globais e discutir metodologia, definir e produzir os indicadores nacionais que subsidiarão o acompanhamento da Agenda 2030, com os produtores de dados e usuários, estabelecendo uma metodologia concertada e os planos de trabalho para ações harmonizadas, coerentes e integradas.

A operacionalização da Plataforma ODS Brasil

A Plataforma (Figura 11) se apresenta como um sistema de informações para o acompanhamento da Agenda. Em sua primeira versão, disponibiliza um conjunto inicial de indicadores globais construídos de forma colaborativa com instituições parceiras, com dados nacionais produzidos regularmente, metodologia e padrões internacionalmente estabelecidos. De maneira simples e intuitiva permite que sejam consultados os resultados dos indicadores por meio de 3 passos: seleção do objetivo, escolha da meta e do indicador, apresentado em ficha metodológica, tabela (s), gráfico (s) e mapa (s), quando há desagregação territorial.

A ONU aprovou e adotou o quadro global de indicadores da Agenda 2030 em 06 de julho de 2017 na Assembleia Geral (Resolução 71/313). Inclui um conjunto inicial de indicadores que serão refinados anualmente e revistos pela Comissão de Estatística na 51ª Sessão, em 2020, e na 56ª Sessão, em 2025. Este conjunto será complementado por indicadores regionais e nacionais que serão desenvolvidos pelos Estados Membros.



Figura 11: Página inicial da Plataforma ODS Brasil

Ao escolher um dos ODS abre-se a tela com a informação sobre o estado de produção, ou “estado da arte” dos indicadores: produzido, em análise/construção, sem dados, sem metodologia global, não se aplica ao Brasil, conforme Figura 12.

Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

Produzido
Em análise/construção
Sem dados
Sem metodologia global
Não se aplica ao Brasil

1.1 - Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,25 por dia

1.1.1 - Proporção da população abaixo da linha de pobreza internacional, por sexo, idade, condição perante o trabalho e localização geográfica (urbano/rural)

Figura 12: Informação sobre o estado de produção dos indicadores

Ao selecionar a aba “ficha metodológica” (Figura 13) são exibidos conceitos, definições, fórmula de cálculo, unidade de medida, variáveis, entre outras informações do indicador. A aba de ‘dados’ exibe os resultados no formato de tabelas. Como a plataforma é integrada a base de dados Sidra, o usuário pode usufruir todas as suas funcionalidades, tais como reformatação de layout de



Figura 13: Ficha metodológica de um dos indicadores do ODS 1

apresentação, geração de gráficos e exportação de dados em diferentes formatos. Cartogramas podem ser gerados dinamicamente pelo Estatgeo a partir dos dados do Sidra. O Estatgeo é uma plataforma para geração, edição e publicação de Planos de Informação em qualquer servidor de mapas que obedeça ao padrão OGC. Também há possibilidade de análise conjunta com as demais informações do IBGE já disponíveis no Sidra.

A aba “análise geográfica” remete o usuário à Plataforma Geográfica Interativa (PGI), que é um ambiente desenvolvido pelo IBGE para análise espacial de informações. Permite incorporar em um ambiente interativo, informações geoespaciais, tabelas, textos e gráficos que possibilitam a realização de análises geográficas. Uma vez na PGI, os indicadores ODS podem ser analisados em conjunto com outros elementos de interesse, tais como estradas, rios, mapas ou qualquer geosserviço publicado na Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (Inde).

O conjunto de indicadores selecionados representa uma mostra de informações disponibilizadas pelo IBGE e por outras instituições produtoras. Como regra geral, são apresentados dados que expressam a evolução recente dos indicadores ODS para o Brasil e sua diferenciação no território nacional (Grandes Regiões, Unidades da Federação e outros recortes territoriais), para o último ano da informação disponível.

A figura 14 mostra o quadro geral de indicadores. Observa-se que em dezembro de 2018, que dos 244 indicadores globais, 56 já haviam sido produzidos e estavam disponíveis para a consulta na Plataforma Brasil ODS.

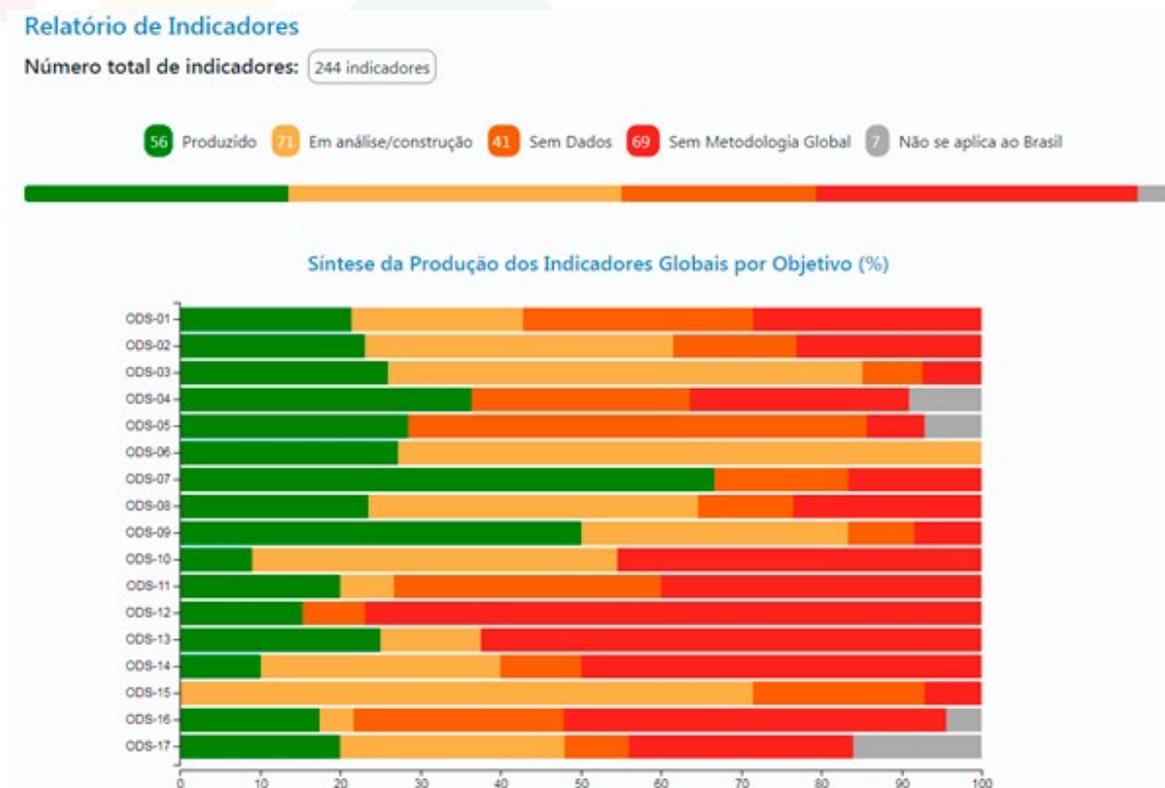


Figura 14: quadro geral dos indicadores globais

4.3.3 Alinhamento das Políticas Públicas Federais com os ODS

Do ponto de vista do Governo Federal, a Agenda 2030 deve ser vista como uma ferramenta que orienta o planejamento e gestão de políticas públicas, que deve ser tratada de forma integrada às estratégias de desenvolvimento do país. Nesse sentido, representa uma oportunidade para que o Governo brasileiro reforce suas prioridades e potencialize suas estratégias na direção de ações e políticas públicas que promovam um modelo de desenvolvimento inclusivo e sustentável.

Desta forma, um dos primeiros esforços realizados pelo Governo Federal para a implementação da Agenda 2030 foi o alinhamento entre as metas e iniciativas do PPA e as metas ODS (Produto E3.2.1 do Plano de Ação 2017-2019). O trabalho foi conduzido em parceria pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) e a Segov/PR e envolveu a participação de 29 Ministérios/Secretarias Nacionais e cerca de 250 servidores federais.

O alinhamento foi realizado entre as metas dos ODS e as metas e iniciativas do PPA 2016-2019, o que permitiu ter uma visão panorâmica das ações do governo federal que contribuem para o alcance de cada ODS, sendo possível agregá-las por objetivo da Agenda 2030, por Programa do PPA ou órgão federal responsável.

O alinhamento possibilitou a construção de uma base de dados contendo as metas e iniciativas do PPA que se relacionam com as metas dos ODS, de forma direta ou indireta, obtendo-se assim um retrato abrangente das relações entre PPA e ODS que podem ser agregados ou desagregados conforme a necessidade da análise.

Constatou-se na abordagem que 161 das 169 das metas dos ODS, ou seja, 95% possuem algum atributo do PPA relacionado à sua implementação (Figura 15).

Alinhamento Metas ODS x PPA

Mapeamento de Políticas Públicas

95% das metas ODS possuem algum atributo do PPA relacionado à sua implementação



Figura 15: Resultado geral da correlação PPA X ODS

Dentre os subprodutos que surgiram do processo de alinhamento, destaque para a criação de Agendas ODS no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), conforme previsto no Plano de Ação da CNODS 2017-2019 (Produto E3.2.1), de responsabilidade do MP e entregues em novembro de 2017.

As agendas do PPA são recortes transversais de seus atributos onde são agregados os Programas, Objetivos, Metas e Iniciativas relacionadas a um público (como povos indígenas, ou crianças e adolescentes, a título de exemplo), temática específica (como usos múltiplos da água ou economia solidária) ou aos 17 ODS. A lógica de construção das agendas no âmbito do PPA permite a agregação de ações antes dispersas no Plano em um local comum, permitindo entender como determinado tema transversal é tratado no Plano como um todo assim, é possível monitorar a evolução do conjunto destes atributos.

Além da criação das Agendas ODS no âmbito do SIOP, sistema voltado prioritariamente à administração pública, houve também o desenvolvimento de uma plataforma eletrônica, o PPA Cidadão (Figura 16 – disponível no endereço: <https://ppacidadao.planejamento.gov.br/sitioPPA/>). A ferramenta foi desenvolvida para tornar públicas as informações do PPA, com o intuito de fortalecer a disseminação da informação sobre o planejamento, execução, monitoramento e avaliação das políticas públicas. Essa plataforma oferece acesso facilitado ao cidadão, por utilizar uma linguagem mais direta, mais amigável. Atualmente estão disponíveis no PPA Cidadão as 12 agendas transversais/temáticas e as 17 agendas ODS.



Figura 16: Tela de abertura do PPA Cidadão

O mapeamento realizado pode, ainda, subsidiar a estratégia da CNODS em geral, e do Governo Federal em particular no que diz respeito a um conjunto de iniciativas e ações que visam a incorporar os ODS na agenda do macroplanejamento governamental e mesmo no âmbito da programação orçamentária/ financeira, conforme Figura 17 a seguir.



Figura 17: Mapeamento PPA x ODS

4.4 Territorialização da Agenda 2030 (Eixo 4)

Apesar dos avanços obtidos na etapa de internalização da Agenda no Brasil, existe a compreensão de que a etapa de territorialização, isto é, o processo de localização da Agenda 2030 em estados, sobretudo municípios brasileiros, se constitui no grande desafio de implementação dos ODS no País, especialmente em uma nação com dimensões continentais. Para que o Brasil continue na exitosa “caminhada até 2030” e consiga cumprir os compromissos da Agenda, o engajamento desses atores é fundamental.

Cientes das dificuldades de boa parte dos 5.570 municípios brasileiros em assumir compromissos explícitos com a Agenda, uma vez que existem inúmeros obstáculos e desafios a serem superados pelas gestões municipais – que vão da falta de informação sobre a Agenda aos desafios de gestão, falta de planejamento e escassez de recursos financeiros para entrega das políticas públicas - a CNODS considera como prioridade o processo de ampliação do escopo de gestão e governança da Agenda 2030 a tais atores da sociedade brasileira.

O Eixo 4 deste Plano de Ação, que trata das providências relacionadas à interiorização da Agenda 2030 no Brasil, é composto por quatro resultados estratégicos e um conjunto expressivo de produtos relacionados ao desafio de localização da Agenda 2030 no território brasileiro.

As ações, resultados, produtos, prazos e responsáveis previstos no Plano, ao período que este Relatório se refere, estão resumidas de forma esquemática na Figura 18.

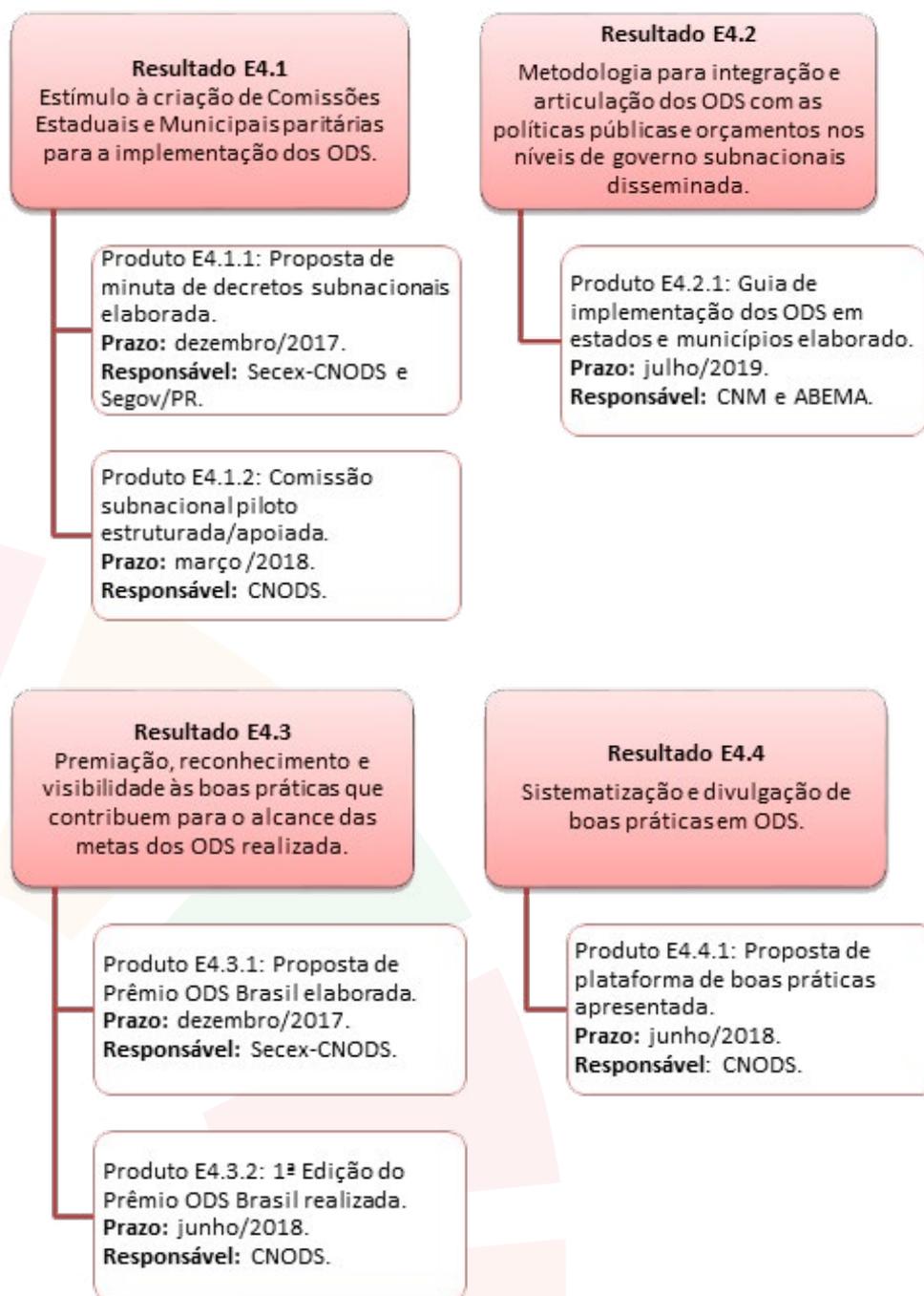


Figura 18: Eixo 4 - ações, resultados, produtos, prazos e responsáveis

Algumas das iniciativas que estão em andamento e corroboram para a estratégia de envolver concretamente todo o território brasileiro na caminhada até 2030 serão destacadas a seguir, conforme previsto no Plano de Ação da Comissão para o período 2017-2019.

4.4.1 Estímulo à criação de Comissões Subnacionais (estaduais e municipais) para a implementação dos ODS

A CNODS reconhece que a caminhada até 2030 não pode prescindir da decisiva colaboração dos entes subnacionais. Para tanto, estados e municípios devem estar preparados para assumir papel de protagonismo no território no que se refere à implementação dos ODS. Dentre os diversos desafios que estão colocados para as prefeituras municipais, um dos mais relevantes diz respeito à capacidade de enfrentar a dificuldade de gestão e, em especial, a governança dos ODS no território. A chamada “localização” da Agenda global é o conceito que está por trás do desafio das diversas instâncias de governança se tornarem locus da implementação efetiva da Agenda 2030.

Recomenda-se que no âmbito subnacional surjam instâncias de governança capazes de lidar com os desafios da implementação da Agenda e de reunião em estruturas apropriadas atores e interesses convergentes aos princípios e preceitos da Agenda 2030, à semelhança da CNODS. Não por outra razão, um dos principais produtos do Plano de Ação da Comissão dialoga com a “criação de Comissões subnacionais para os ODS”.

A territorialização da agenda de desenvolvimento, entendida como o processo de adequação da implementação da agenda global às características e circunstâncias de cada território, decorre da necessidade de participação dos diferentes atores no esforço de implantação da Agenda 2030. Assim, para que a Agenda se torne uma realidade no âmbito local, é necessário um grande esforço de disseminação, convencimento, parceria e apoio institucional. A integração de atores, tanto horizontal quanto vertical, é fundamental. Isto é, além da ação coordenada entre os três níveis de governo no território, o esforço de reunir as principais forças institucionais e protagonistas do desenvolvimento no âmbito subnacional em torno da Agenda, se faz necessário. A máxima de “não deixar ninguém para trás” se aplica também no contexto horizontal de gestão e governança da Agenda.

Com o objetivo de proporcionar a efetiva territorialização dos ODS no país, a CNODS desenvolveu um modelo de decreto para a criação de estruturas subnacionais de governança da Agenda 2030: Comissões Municipais para os ODS e Comissões Estaduais para os ODS. Trata-se de um guia de como estados e municípios podem construir instâncias de governança no âmbito local a partir de experiências adquiridas no contexto nacional.

A Figura 19 representa a importância de que a estrutura nacional e as estruturas subnacionais estejam em sintonia e em permanente diálogo e articulação. Todas devem partir da recomendação de que sejam instâncias colegiadas e paritárias, de natureza consultiva, com as atribuições de promover a articulação, a mobilização e o diálogo com os entes públicos e a sociedade civil, em prol dos ODS.



Figura 19: Sintonia entre a estrutura nacional (CNODS) e as estruturas subnacionais

Em termos gerais, as Comissões de governança da Agenda 2030 devem:

- I - Elaborar planos de ação para implementação da Agenda 2030;
- II - Propor estratégias, instrumentos, ações e programas para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;
- III - Acompanhar e monitorar o desenvolvimento dos ODS no âmbito subnacional e elaborar relatórios periódicos de suas ações;
- IV - Elaborar subsídios para o debate sobre o desenvolvimento sustentável em fóruns municipais e estaduais (nacionais ou internacionais);
- V - Identificar, sistematizar e divulgar boas práticas e iniciativas que colaborem para o alcance das metas dos ODS; e
- VI - Promover a articulação com órgãos e entidades públicas para a disseminação e a implementação dos ODS no nível subnacional.

Em março de 2018, a Secretaria-Executiva da CNODS coordenou a realização do evento no Município de Arinos, noroeste de Minas Gerais, como objetivo de estruturar uma proposta de criação de Comissão subnacional para os ODS naquela região, além de sensibilizar representantes de associações e consórcios de municípios de outras regiões do estado, para o comprometimento com a Agenda 2030. O evento contou com cerca de 200 participantes, tendo a representação de 14 dos 19 municípios da região polarizada por Arinos. Um dos principais resultados do evento foi a assinatura e oficialização de oito decretos municipais de criação de comissões municipais para os ODS na referida região, além da elaboração de um plano de ação do comitê regional para os próximos três anos.

As representações de coletivos subnacionais na CNODS, a CNM e ABEMA, têm o compromisso de aproximar estados e municípios à Agenda e, conforme proposto no Plano de Ação

2017-2019, lideraram a elaboração de um guia de implementação dos ODS no âmbito subnacional. Apresentado na última reunião extraordinária de 2018, realizada em 12 de dezembro de 2018, o referido Guia serve de *roadmap* para que os entes subnacionais elaborem suas estratégias de gestão alinhadas aos princípios e preceitos da Agenda 2030. Serve, sobretudo, como suporte, orientação e subsídio a estados e municípios, para a implementação dos ODS no âmbito dos governos subnacionais.

Uma vez validada pela plenária da Comissão, a estrutura do Guia de Implementação dos ODS vem recebendo contribuições das unidades federativas. Após isto, as contribuições recebidas serão incorporadas com o objetivo de padronizar a metodologia de interiorização da agenda.

4.4.2 A Sistematização de práticas para o alcance dos ODS

De acordo com o art. 2º do Decreto 8.892/2016, um das competências da CNODS é identificar, sistematizar e divulgar boas práticas e iniciativas que contribuam para o alcance dos ODS. Para tanto, ainda no contexto de Territorialização (Interiorização) da Agenda 2030, o Plano de Ação da Comissão prevê a criação da 1ª Edição do Prêmio ODS Brasil (ver figura 20).

O Governo Federal, por meio [Decreto Presidencial n.º 9.295, de 28 de fevereiro de 2018](#), vide Figura 20, instituiu o Prêmio Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Prêmio ODS Brasil - com a finalidade de incentivar, valorizar e dar visibilidade às práticas desenvolvidas pelos



Figura 20: Prêmio ODS Brasil - Decreto Presidencial n.º 9.295, de 28 de fevereiro de 2018

governos estaduais, distrital e municipais e pela sociedade civil que contribuam para o alcance dos objetivos e metas da Agenda 2030. O Prêmio envolve a criação de um “banco de práticas” que servirá de referência na implementação e disseminação da Agenda 2030 no âmbito nacional e está consignado no Resultado E4.4 do Eixo Interiorização do Plano de Ação da Comissão.

As inscrições para a 1ª Edição do Prêmio ODS Brasil, ocorreram no período de 07 de maio a 16 de julho de 2018, importante registrar que, neste período, foram realizados 27 seminários de divulgação do prêmio em todas as capitais brasileiras, atingindo um público de cerca de 2.000 pessoas. No total, 1.038 práticas foram inscritas, detalhadas nas seguintes categorias, sendo: 306 práticas oriundas de governos; 176 de organizações com fins lucrativos; 373 de instituições sem fins lucrativos; e 183 práticas da categoria ensino, pesquisa e extensão oriundas de todas as regiões brasileiras, conforme detalhado na Figura 21.

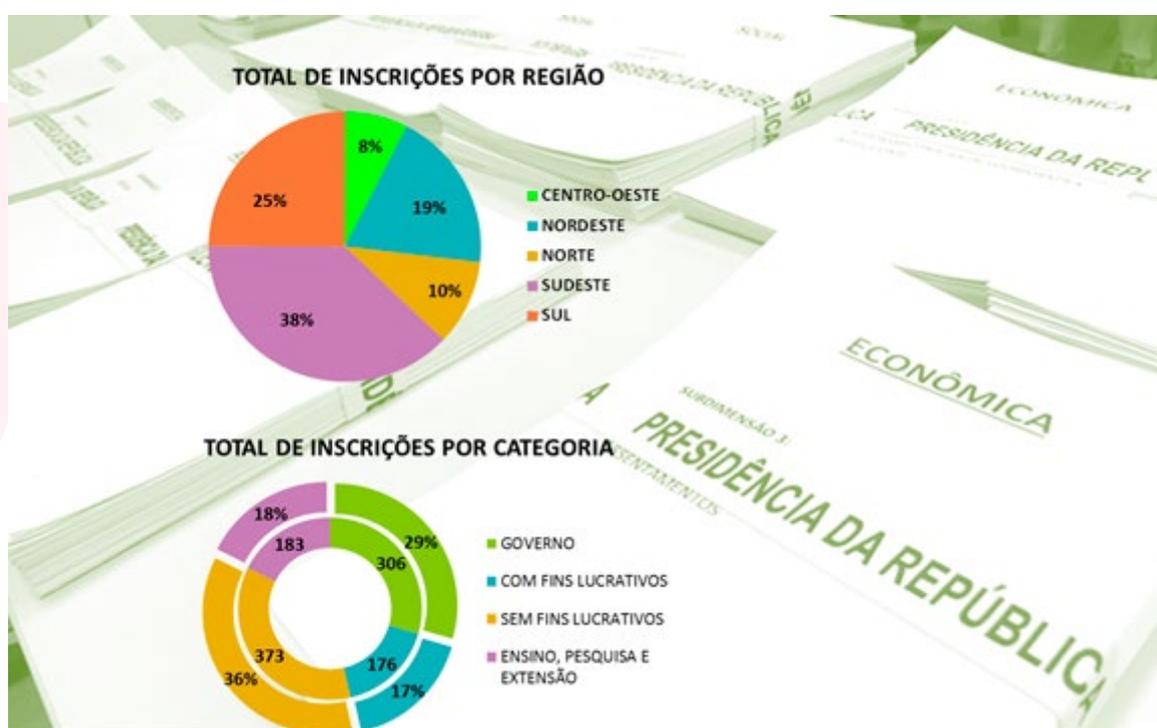


Figura 21: Resumo das inscrições ao Prêmio ODS Brasil

Para a realização das etapas de seleção das práticas, conforme previsto no Regulamento do Prêmio, a Snas contou com a colaboração de um Comitê Técnico composto por servidores da própria secretaria, do Ipea, da Enap, e do Ministério da Saúde (MS). Contou ainda com um Júri composto por nove profissionais reconhecidos nacionalmente em temas relacionados aos ODS.

O processo de seleção das práticas ocorreu em três etapas:

Etapa I – Validação da documentação: a Secretaria-Executiva do Prêmio verificou a docu-

mentação e o enquadramento das práticas inscritas aos requisitos do item 6 do Regulamento do Prêmio, resultando em 729 elegíveis à etapa II;

Etapa II – Pré-seleção: o Comitê Técnico avaliou as práticas validadas na etapa I. Nessa etapa foram pré-selecionadas 39 práticas finalistas;

Etapa III – Seleção final: o Júri realizou, a partir do resultado da etapa II, a classificação final das 12 práticas premiadas, três por cada uma das quatro categorias.

A premiação foi concedida pela Presidência da República, em solenidade realizada no Palácio do Planalto, no dia 13 de dezembro de 2018.

Para a sistematização das práticas foi estabelecida parceria com a Enap para a criação de um Banco de Práticas do Prêmio ODS Brasil que permitirá sistematizar, divulgar e disseminar iniciativas de sustentabilidade desenvolvidas no território nacional e que possam servir de inspiração para que todos os interessados possam apropriar-se da metodologia e replicar as práticas.

O Banco de Práticas foi lançado com as 39 práticas finalistas do Prêmio ODS Brasil e, posteriormente, em um processo gradativo, serão incorporadas as demais práticas validadas na etapa I do processo de seleção. O objetivo é que a base de dados seja um sistema modular capaz de incorporar práticas futuras e de novas fontes, transformando a iniciativa em um Banco de Práticas dos ODS no Brasil.

4.5 Acompanhamento e Monitoramento (Eixo 5)

O Eixo 5 do Plano de Ação trata dos mecanismos institucionais de controle e monitoramento dos ODS que são fatores críticos para o sucesso no alcance das metas da Agenda 2030. Para tanto, a CNODS considerou a criação de uma plataforma digital dos ODS, como um instrumento capaz de reunir informações relevantes para a Sociedade Civil e o Governo.

A figura 22 demonstra como as ações, resultados, produtos, prazos e responsáveis, previstos no Plano para este eixo, foram estruturadas (os resultados e produtos com prazo de entrega para além deste Relatório, se encontram sombreados na referida Figura).

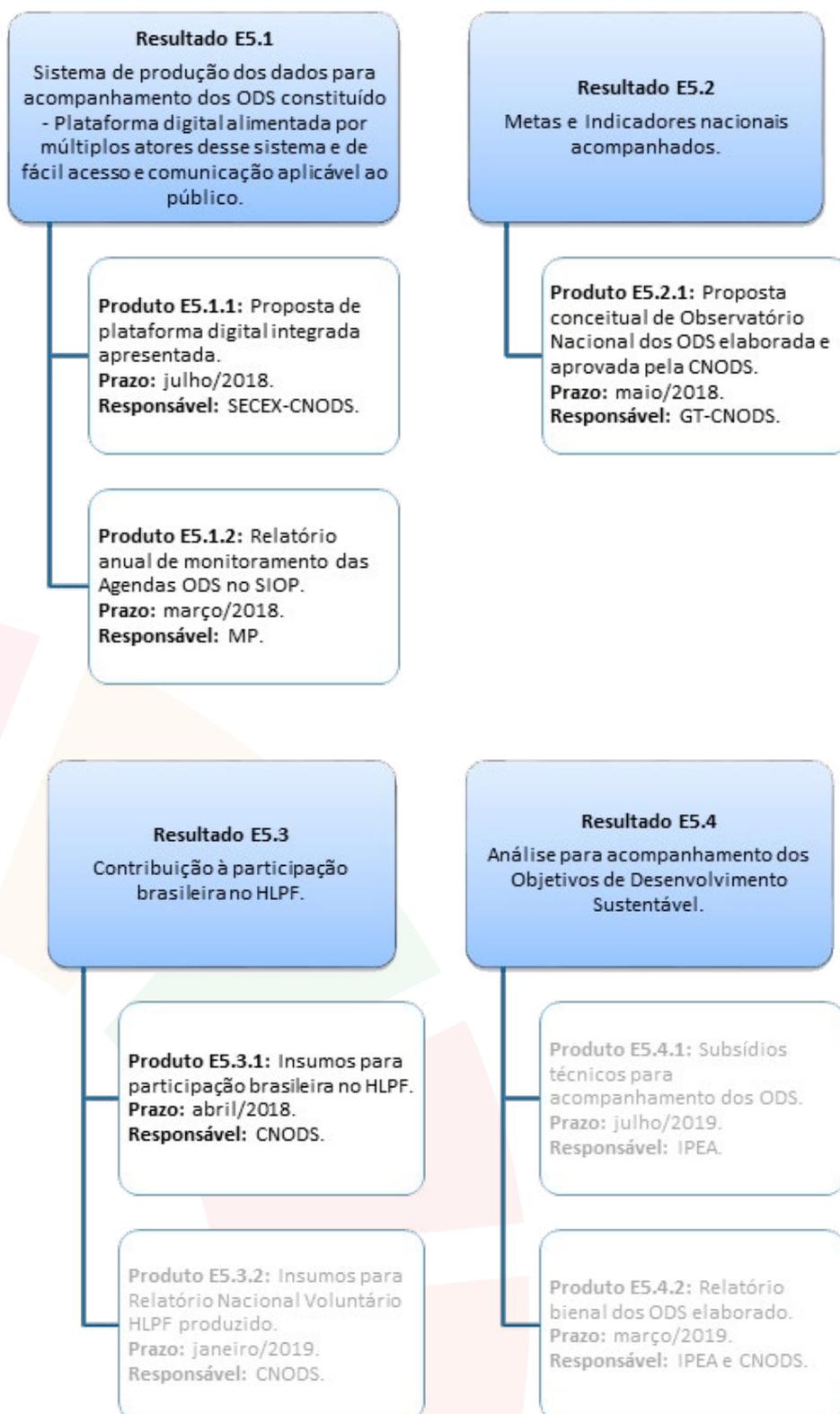


Figura 22: Eixo 5: ações, resultados, produtos, prazos e responsáveis

4.5.1 Instrumentos e Mecanismos de Monitoramento: acompanhamento e avaliação do progresso do Brasil no cumprimento de metas e objetivos da Agenda 2030

Plataforma Digital ODS Brasil

O IBGE apresentou à Comissão proposta de plataforma digital dos ODS, a Plataforma ODS Brasil, instrumento capaz de reunir em um único endereço eletrônico diversas informações relevantes para a Sociedade Civil e para o Governo (<https://ods.ibge.gov.br/>). A plataforma foi operacionalizada no início de 2018 e, seguindo a premissa da CNODS de dar transparência ao processo de implementação dos ODS, proporciona livre acesso a população para que a mesma possa acompanhar de forma mais efetiva, as ações, planos e programas governamentais em andamento e para que gestores públicos possam avaliar e aprimorar a implementação de políticas públicas ao encontro dos resultados esperados pela sociedade quanto ao cumprimento das metas.

Relatório Anual de Monitoramento das Agendas ODS no SIOP

A partir da construção das Agendas ODS no SIOP, conforme produto previsto no Eixo 3, foi possível elaborar um [Relatório de Monitoramento em relação à Agenda 2030](#), Figura 23, que, a partir do Relatório Anual de Avaliação do PPA, traz as informações de evolução das metas do PPA que se relacionem aos 17 ODS, permitindo um acompanhamento integrado e interligado. O referido relatório possui três volumes, o volume I contém o mapeamento das principais políticas públicas



Figura 23: Agendas ODS no SIOP

federais relacionadas aos ODS; o volume II traz as Agendas ODS; e o volume III é reservado aos quadros demonstrativos do monitoramento das metas do PPA organizadas por Agenda ODS.

A continuidade e expansão desses trabalhos depende, tanto da atualização anual do alinhamento entre atributos do PPA e os ODS, tendo em vista os processos anuais de revisão do PPA, quanto da consistência das informações de acompanhamento do plano, premissa para boa qualidade dos Relatórios de Monitoramento dos atributos vinculados aos ODS.

Proposição de um Observatório Nacional dos ODS

No que tange às atividades de acompanhamento da CNODS, foi elaborada uma proposta conceitual do “Observatório Nacional dos ODS”. Trata-se de uma ferramenta de governança e transparência, que visa disponibilizar à sociedade e ao poder público informações que permitam o monitoramento e a avaliação da evolução das políticas públicas, das metas e dos indicadores da Agenda 2030.

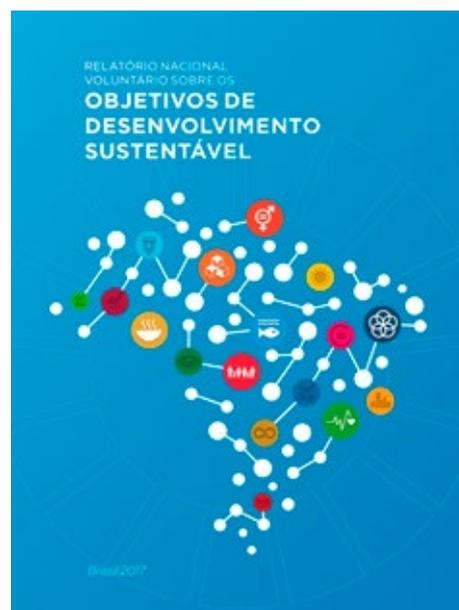
O modelo conceitual do Observatório ODS, respeita os seguintes princípios: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interoperabilidade, acessibilidade e transparência, precisão e acurácia, disponibilidade, independência, confidencialidade e usabilidade.

O conhecimento depositado no Observatório Nacional dos ODS deverá ser fundamental para subsidiar o diagnóstico, a análise e a produção de relatórios nacionais e internacionais sobre os avanços relacionados à Agenda 2030 no país.

Relatório Nacional Voluntário do Brasil

Em 2017, o governo brasileiro voluntariou-se a apresentar o primeiro [Relatório Nacional Voluntário sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável \(RNV\)](#)⁴. O relatório foi o primeiro esforço de sistematizar e tornar transparente para a sociedade brasileira e para os demais países as ações que estavam sendo desenvolvidas pelo Brasil para o cumprimento da Agenda 2030.

O relatório foi apresentado em julho do mesmo ano, na cidade de Nova Iorque, por ocasião do High Level Political Forum (HLPF), evento realizado pela ONU, com o objetivo de fortalecer a governança e transparência na implementação do Desenvolvimento Sustentável no âmbito global até 2030.



⁴ Disponível em http://www4.planalto.gov.br/ods/publicacoes/relatoriovoltuario_brasil2017port.pdf

Pelo fato de ser um documento oficial do país, o MRE solicitou que a publicação fosse supervisionada pela CC-PR e pela SECOM-PR.

A Segov/PR teve o papel de redigir os capítulos que narravam a execução e preparação das bases necessárias para estruturar e coordenar ações integradas para internalizar e interiorizar a Agenda 2030 no país, vale destacar que a criação do modelo de governança era uma delas e que boa parte dos resultados dessas ações hoje compõem este Relatório.

Coube a Segov/PR, em conjunto com a CC-PR, a coordenação do processo de elaboração dos capítulos pelo MP, Ipea, IBGE, Tribunal de Contas da União (TCU) e demais órgãos públicos subnacionais e da sociedade civil. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) contribuiu para a tradução, a diagramação e a impressão do relatório.

Para 2019, o Brasil voluntariou-se a apresentar o 2º RNV, que será um dos mais importantes subsídios para que, o governo brasileiro possa retratar na ONU o andamento do compromisso assumido de implementar a Agenda 2030 no País.



5. DESAFIOS E PRÓXIMOS PASSOS

5. DESAFIOS E PRÓXIMOS PASSOS

Como vimos, é inegável contribuição da CNODS à estruturação da Agenda 2030 no Brasil no período 2017-2018. Toda a sorte de entrega realizada no período coberto por este Relatório não deve, entretanto, reduzir a compreensão do que o País ainda está distante de atingir, de forma considerável, boa parte das metas propostas na Agenda global. Ainda há passos efetivos a serem dados para consolidar a estrutura de governança nacional, mas sobretudo a de âmbito subnacional, para que a Agenda brasileira fortaleça suas instâncias de gestão e governança.

Antecede a essa constatação alguns fatos que tornam ainda mais complexo o desafio brasileiro de cumprimento dos ODS, uma vez que se trata de uma nação com dimensão continental, caracterizada por fortes desigualdades e por questões estruturais/conjunturais típicas de um país ainda em estágio de desenvolvimento tardio. O vai e vem de crises econômicas e fiscais (e políticas) impõe restrições ao que o Brasil propõe a entregar até 2030 - além da cultura de descontinuidade de ações, programas e projetos que são típicas das nossas práticas político-institucionais. O quadro é agravado pelo fato de que, mais uma vez, temos a frente um período de transição de governos (federal e estaduais) que naturalmente impõe desafios extras à continuidade do compromisso brasileiro, que reiteramos, é de Estado e não de um governo específico. Ademais, em uma Agenda de Estado como essa, a descontinuidade de projeto e ações pode limitar o escopo dos resultados obtidos.

A conhecida falta de integração de políticas públicas nas diversas instâncias de governo e o viés setorial da nossa gestão pública, amplificada por uma democracia de coalizão que nem sempre consegue superar interesses corporativos e práticas que nem sempre se coadunam com princípios como integração e coordenação de ações no território, são também desafios colocados à iniciativa brasileira.

O caráter estratégico de se envolver todo o Estado brasileiro na implementação da Agenda, em especial as chamadas instâncias subnacionais de governo, na compreensão de que o estabelecimento de um novo pacto federativo é preciso, adiciona ainda mais complexidade ao desafio brasileiro. Vale ressaltar que parte expressiva das localidades brasileiras, pequenos municípios, por exemplo, têm dificuldades acentuadas de conduzir os mandatos institucionais que lhes cabem, em especial efetuar entregas de políticas públicas demandadas pelas populações locais. Tal percepção não é diferente em relação aos compromissos assumidos referentes à Agenda 2030.

É importante reiterar que a Agenda 2030 é uma iniciativa de Estado e, portanto, deve envolver todos os setores e grupos de interesses da sociedade na sua implementação. Considera-se ainda que todo brasileiro ou brasileira é protagonista da Agenda no País e para tal deve garantir que a disseminação da informação, o conhecimento, as oportunidades e possibilidade de transformação do Brasil que estão associadas à Agenda, cheguem ao conhecimento do público em geral por meio de forte e decisiva estratégia de comunicação e mobilização. Significa dizer que uma estratégia de disseminação da Agenda é fundamental, isto é, a proposição de um plano de comunicação sobre os ODS para que o País conheça os desafios e enxergue as oportunidades, e que a informação chegue decodificada e customizada para os diversos grupos sociais que compõem a sociedade brasileira. Para que, em última análise, a população brasileira esteja convencida da oportunidade que a ela é oferecida com o engajamento pleno à iniciativa. Isso tanto é válido para a população em geral, como também para o conjunto de poderes da República. O esforço não se esgota no poder executivo da União, dos Estados e Municípios apenas, mas vai além no sentido de conquistar corações, mentes e se transformar em compromisso também dos poderes judiciário e legislativo da mesma forma.

A Comissão tem a percepção de que somente a convergência de esforços de planejamento e execução de políticas públicas pode oferecer as condições necessárias ao País para atingir os ODS na sua amplitude. Tal esforço demanda a retomada do planejamento de longo prazo no Brasil, pois a Agenda 2030 indica caminhos para além do período de quatro anos de mandato dos governos, com metas e compromissos que extrapolam tais períodos, e que, portanto, deve estar inserida numa estratégia que ao menos contemple 2030 como ponto de chegada.

Da mesma forma, para o sucesso da empreitada brasileira, os planos setoriais, ou seja, as estratégias de ação nas áreas da saúde, da educação, do desenvolvimento social ou da ciência e tecnologia, a título de exemplo, devem estar inseridos plenamente na estratégia definida, bem como nas iniciativas presentes no Plano Plurianual (PPA), instrumento de planejamento de médio prazo do Governo Federal que orienta as alocações de recursos. Significa dizer que a Agenda 2030 deve ser considerada no planejamento estratégico de longo prazo, uma vez que é compromisso brasileiro e janela de oportunidades, de forma que todas as iniciativas estejam articuladas e convergentes com objetivos e metas pactuadas.

Ainda no âmbito da governança nacional da Agenda, duas outras providências são fundamentais ao final do ano de 2018 para a consolidação da instância de governança proposta pelo País: a primeira se refere à instalação plena e funcionamento efetivo das Câmaras Temáticas que representam a ampliação da participação de governos e sociedade civil na governança nacional. A segunda é uma avaliação pormenorizada dos critérios e formato da CNODS visando a tomada de decisão acerca de critérios de renovação do mandato da Comissão para o próximo biênio (o atual mandato dos representantes da Comissão tem vigência até julho de 2019). Isso passa por uma avaliação dos resultados obtidos nesses primeiros dois anos de existência da CNODS, o formato

de composição da mesma, e até mesmo dos instrumentos e mecanismos.

Por fim, é ainda relevante para a sustentabilidade da Agenda no Brasil o esforço de adequação de metas que uma vez internalizado pela Presidência da República pode estabelecer as condições necessárias ao sucesso da empreitada brasileira. Da mesma forma, o esforço do IBGE na elaboração dos indicadores nacionais (e para isso o Censo 2020 é estratégico) e a disseminação por meio da Plataforma Brasil eleva o nível de acompanhamento, monitoramento e avaliação da caminhada brasileira e estabelece um grau de participação e controle sem precedentes. A parceria em andamento com a Enap na capacitação de atores locais para a gestão dos ODS no âmbito sub-nacional, é outro exemplo de algumas das iniciativas que podem mudar de patamar a contribuição brasileira à Agenda global.

Tudo isso para que além do mote de “não deixar ninguém para trás”, a Agenda 2030 do Brasil incorpore efetivamente pessoas e territórios ao esforço nacional de desenvolvimento, na certeza de que o Brasil é gigante pela própria natureza e tem vocação para dar exemplo e liderar iniciativas de desenvolvimento sustentável no planeta.



6. DESTAQUES CNODS 2017-2018

6. DESTAQUES CNODS 2017-2018

Posse da Comissão Nacional



Cerimônia de posse dos membros da Comissão Nacional para os ODS - 29 de junho de 2017, Anexo I do Palácio do Planalto – Brasília/DF

Reuniões da Comissão Nacional para os ODS



Foram realizadas dez reuniões no período de julho de 2017 a dezembro de 2018.

Calendário de Reuniões

| | |
|------------|---------------------------|
| 07/07/2017 | 1ª Reunião Ordinária |
| 27/10/2017 | 1ª Reunião Extraordinária |
| 30/11/2017 | 2ª Reunião Ordinária |
| 15/12/2017 | 2ª Reunião Extraordinária |
| 03/05/2018 | 3ª Reunião Ordinária |
| 08/06/2018 | 3ª Reunião Extraordinária |
| 17/08/2018 | 4ª Reunião Extraordinária |
| 28/09/2018 | 5ª Reunião Extraordinária |
| 30/11/2018 | 4ª Reunião Ordinária |
| 12/12/2018 | 6ª Reunião Extraordinária |

Oficinas da Comissão Nacional para os ODS



Oficina para elaboração do Plano de Ação da CNODS
11 e 12 de setembro de 2017



Oficina para elaboração do Plano de Disseminação da CNODS
04 de outubro de 2018

Eventos da Comissão Nacional para os ODS



Lançamento do Plano de Ação CNODS,
Prêmio ODS Brasil e 1ª Câmara Temática
01 março de 2018

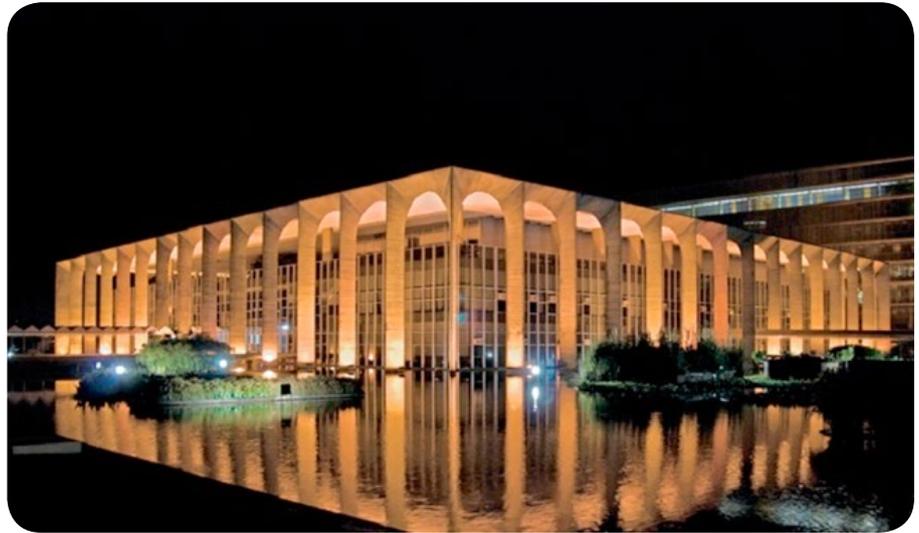
Instalação da 1ª Câmara Temática Parcerias e Meios de Implementação dos ODS
24 de abril de 2018





7. DESTAQUES REPRESENTAÇÃO CNODS 2017-2019

ITAMARATY



O Ministério das Relações Exteriores (ou Itamaraty) é o órgão do Poder Executivo responsável pela política externa e pelas relações internacionais do Brasil, nos planos bilateral, regional e multilateral.

O Itamaraty assessora o Presidente da República na formulação da política exterior do Brasil e na execução das relações diplomáticas com Estados e organismos internacionais.

Nesse contexto, o Itamaraty participou das negociações intergovernamentais que culminaram com adoção do documento “Trans-

formando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável”, por ocasião da Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, em setembro de 2015.

No âmbito da CNODS, o MRE realiza o papel de articulador entre as vertentes interna e internacional da Agenda 2030. Junto com a CNODS, o Itamaraty organiza a participação brasileira no Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) foi um dos pioneiros no processo de alinhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS com o seu planejamento institucional. Além disso, foi criada a Estratégia do MMA para o alcance da Agenda 2030 com o intuito de internalizar, difundir, melhorar o conhecimento, dar transparência e apoiar as contribuições do setor ambiental de governo para a implementação dos ODS.

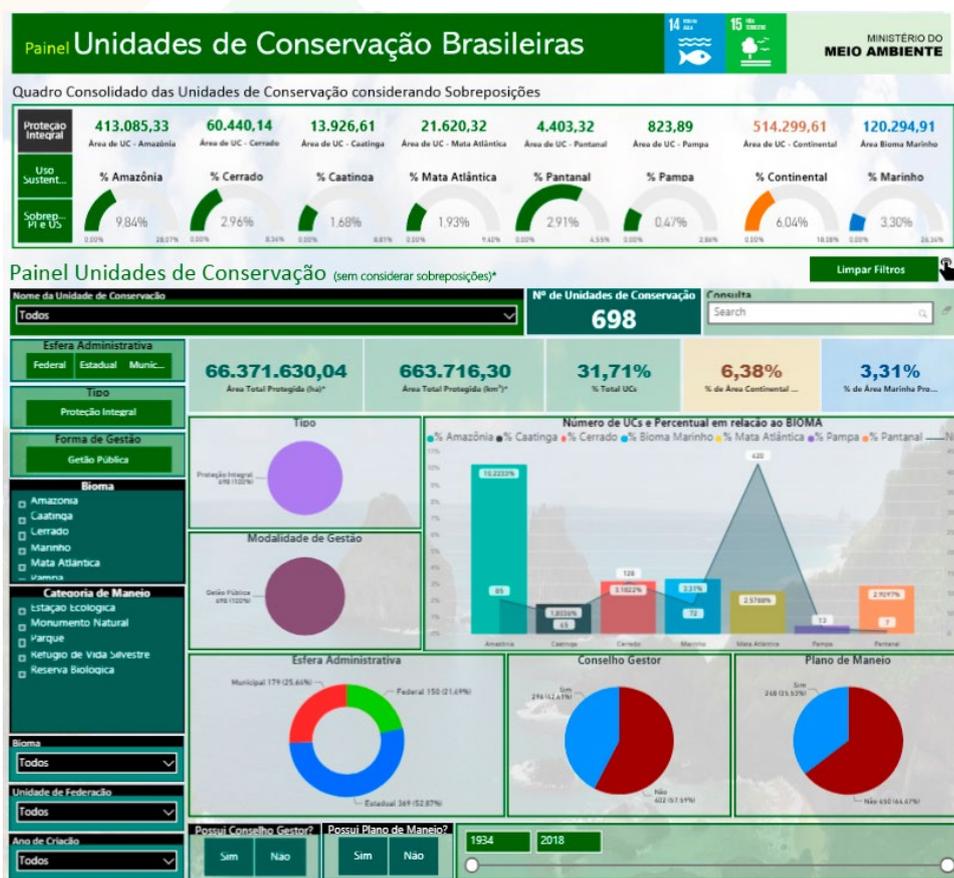
Destacam-se algumas ações realizadas pelo MMA:

- **ODS 06:** o Programa Água Doce atendeu em 2018 cerca de 230 mil pessoas, com o fornecimento de água potável em comunidades

difusas do semiárido brasileiro. Foram instalados, desde a criação do Programa, 575 sistemas de dessalinização.

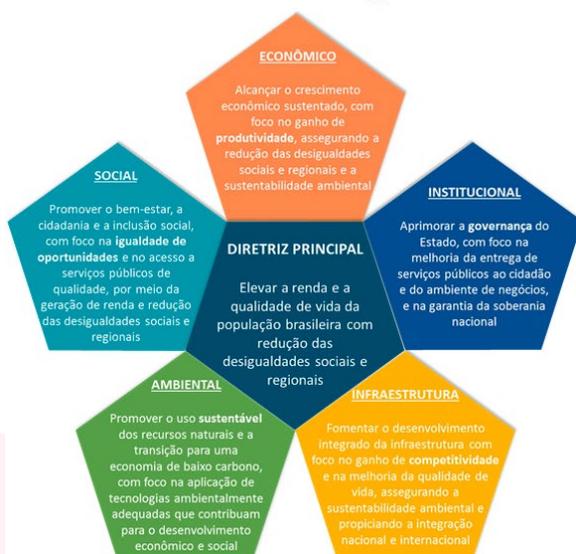
- **ODS 12:** ações como a Semana Nacional de Conscientização sobre a Perda e Desperdício de Alimentos foram promovidas pelo MMA, na qual foram identificadas 55 iniciativas de combate à perda e ao desperdício de alimentos. <http://www.brasil.gov.br/semdesperdicio>.

- **ODS 14 e 15:** criação de novas unidades de conservação federais, totalizando 18% do território continental, bem como o fato do Brasil ter, hoje, uma das maiores áreas de proteção ambiental marinhas do mundo, com 26,3% de suas águas jurisdicionais protegidas. [Veja mais.](#)



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Eixos e Diretrizes da Estratégia Nacional



Dimensões e Diretrizes da Agenda 2030 (5 Ps)

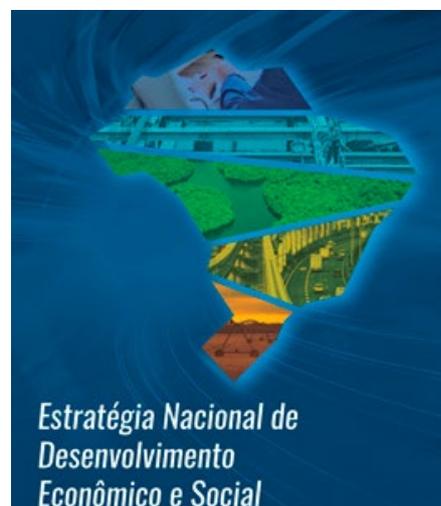


O Ministério do Planejamento (MP) foi um dos responsáveis por iniciar o processo de internalização das agendas por meio do alinhamento entre os atributos dos ODS e do PPA. O principal resultado desse processo de alinhamento foi a criação de Agendas ODS no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) e sua disponibilização na plataforma eletrônica PPA Cidadão, bem como a elaboração do Relatório de Monitoramento das Agendas ODS o qual permite o acompanhamento, por ODS, dos atributos do PPA que com eles se relacionam.

A construção da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social para o Brasil entre 2020 e 2031 (ENDES) representa esforço para retomada da função de planejamento com olhar para o médio e longo prazo. A Agenda 2030 com suas três dimensões do desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental foi considerada em sua cons-

trução, contribuindo para a internalização e para a implementação da Agenda 2030 Brasil, havendo grande convergência entre os compromissos dos ODS e o conteúdo da ENDES.

Para o próximo ciclo do PPA, a expectativa a Agenda 2030 seja observada como orientadora do Plano desde sua gênese, em sua integralidade, de forma que os atributos do PPA sejam construídos considerando a implementação da Agenda 2030 no nível de metas ODS.



ENAP

Enap



A Escola Nacional de Administração Pública (Enap), vinculada ao MP, apoiou a construção do planejamento estratégico da CNODS e auxiliando na formulação do Plano de Ação 2017-2019 deste colegiado.

A Enap vem desenvolvendo ações que contribuem diretamente com os ODS por meio da realização de articulação institucional e de fortalecimento das organizações públicas, dialogando com os ODS 16 e 17, desenvolvendo a construção de redes para a concretização da Agenda 2030 entre diferentes atores estatais e não estatais. Neste mesmo sentido, contribuindo com o ODS 5, criou um Comitê de Gênero, objetivando a implementação da transversalidade de gênero nos órgãos da Administração Pública Federal, e também instituiu seu Programa de Inclusão de Pessoas com De-

ficiência, contemplando diversos ODS.

Outras ações de destaque desenvolvidas pela Enap: construção de repositório de conhecimento e informações sobre a Agenda no Brasil; preparação de cursos sobre a Agenda voltados para municípios; atuação na Comissão Técnica do Prêmio ODS Brasil; produção do caderno “Desafios e Condicionantes para Implementação da Agenda ODS na Administração Pública Federal Brasileira”, que traz a percepção dos servidores públicos federais sobre a influência e possibilidades da Agenda nos diversos órgãos da Administração Federal Direta. Por fim, o Programa Cátedras que promove iniciativas de produção e fomento à pesquisa, financia atualmente 10 estudos sobre os ODS.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL



O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) tem sob sua responsabilidade a implementação de políticas vitais para o alcance de metas dos ODS. O ano de 2018 foi marcado por um debate interno centrado em questões relativas à governança das políticas do MDS, e como aperfeiçoar as práticas existentes de maneira a qualificar a entrega de bens e serviços para a sociedade.

Do ponto de vista prático, o Ministério realizou uma série de oficinas com momentos de formação, debate, reflexão e recomendações. Durante o processo utilizaram-se técnicas participativas que buscaram incentivar os servidores a construir um painel de interrelações entre di-

versos temas e suas práticas diárias. Esse processo conseguiu levantar lacunas e desafios para a conexão das prioridades internas aos processos de trabalho do ministério.

Um dos principais achados desse ciclo foi a explicitação da relevância dos ODS e sua vinculação às políticas do MDS, deixando claro o compromisso do órgão para o cumprimento das metas estabelecidas. Ficou estabelecido que as melhorias contínuas nos processos de trabalho e os novos arranjos que vierem a ser propostos deverão, de maneira inequívoca, ter como norteadores os ODS e suas necessidades para o cumprimento dos compromissos assumidos nas áreas de competência do ministério.

ABEMA

abema
 associação brasileira de entidades
 estaduais de meio ambiente



A Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (Abema), criada em 1985, representa os órgãos estaduais de meio ambiente, que concentram boa parte das responsabilidades pelas políticas públicas de meio ambiente do país.

A ABEMA tem como objetivo principal o fortalecimento institucional do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e do Sistema Nacional de Recursos Hídricos (SNRH). Além disso, promove a participação da sociedade nos mecanismos de Gestão Ambiental e na articulação com os demais setores para viabilizar programas e projetos que contemplem o desenvolvimento sustentável.

Sua missão é promover a incorporação da variável ambiental nas estratégias de cresci-

mento do país e no conjunto das políticas setoriais, buscando sempre um modelo de desenvolvimento equitativo e equilibrado.

Na CNODS o estado de Goiás representa a ABEMA.

Entre os destaques dos seus associados temos: a política de localização realizada por Goiás; os processos de referência aos ODS pela SEMA do Amazonas; as parcerias e programas de capacitação realizados pelo Tocantins; o Plano de Energia e Mudanças Climáticas do Estado de Minas Gerais; e a publicação realizada por São Paulo que identifica a situação no estado de ODSs selecionados com os programas estaduais associados e com o PPA 2016/2019 do governo do estado.

CNM



A Confederação Nacional de Municípios (CNM) integra a CNODS representando os governos municipais. Uma organização independente, apartidária e sem fins lucrativos, com o objetivo de consolidar o movimento municipalista e fortalecer os municípios. Desde 2016 realiza ações de sensibilização e capacitação dos municípios brasileiros sobre os ODS.

Em parceria com o ART PNUD, a CNM executa o Projeto “Localizando os ODS no Brasil”. Em 2016 lançou o “Guia para a Loca-

lização dos ODS”, que apresentou aos Municípios a nova agenda global para o desenvolvimento sustentável. Em 2017 lançou o “Guia para Integração dos ODS”, com o propósito de auxiliar os gestores municipais a integrar os ODS aos Planos Municipais Brasileiros do período 2018-2021. Ainda em 2017 lançou a “Mandala ODS”, ferramenta online que reúne 28 indicadores municipais, que tem por objetivo possibilitar um diagnóstico inicial municipal, bem como monitoramento e avaliação de ações a nível local.

Em 2018 a CNM avançou mais e lançou curso de Educação a Distância sobre os ODS, voltado a gestores e gestoras municipais e lançou ainda dois folders, um abordando as conexões entre cada um dos ODS e a Mobilidade Urbana e outro sobre a Nova Agenda Urbana e os ODS.



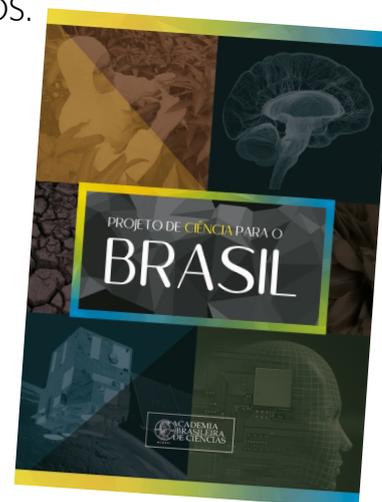
ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS



A Academia Brasileira de Ciências (ABC, www.abc.org.br), fundada em 1916, é uma organização independente, não governamental e sem fins lucrativos, que contribui para o estudo de temas de primeira importância para a sociedade, visando dar subsídios para a formulação de políticas públicas. Neste rol de temas, invariavelmente, incluem-se a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

No cenário nacional, uma iniciativa relevante, em 2018, foi o lançamento do “Projeto de Ciência para o Brasil”, que apresenta propostas para o fortalecimento de setores científicos estratégicos para o país, no marco do desenvolvimento sustentável e da Agenda 2030. Adicionalmente, a ABC ora organiza sua próxima Reunião Magna, que terá os ODS como tema.

No âmbito internacional, destaca-se a atuação da ABC na coordenação do InterAcademy Partnership Science for Poverty Eradication Committee (IAP-SPEC), que objetiva engajar as Academias de Ciências e de Medicina do mundo nos esforços em prol da redução da pobreza e da desigualdade. A atividade mais recente deste comitê foi uma conferência realizada em Pequim, em dezembro de 2017. A próxima iniciativa do IAP-SPEC acontecerá no Rio de Janeiro, em março de 2019, focando em como C&T podem contribuir para a implementação dos ODS.



ANDIFES



A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) é a entidade que congrega as 63 Universidades Federais. Fundada em 23 de maio de 1989, nossas associadas estão presentes em todo o território nacional, tendo como motivação a defesa da educação superior pública, gratuita, inclusiva e de qualidade, aliada à pesquisa, inovação e ao desenvolvimento de forma sustentável.

Na Comissão Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS), como membro de todas as subcomissões, participamos ativamente das reuniões, apresen-

tamos e promovemos ações vinculadas aos ODS na comunidade acadêmica, com a realização de seminários, criando estratégias de disseminação e de interiorização dos objetivos e metas da Agenda 2030 e estimulando a realização de projetos no ensino da graduação e pós-graduação, de pesquisa e de extensão voltados ao desenvolvimento sustentável.

Essa participação tem sido muito importante para as Instituições Federais de Ensino Superior membros da Andifes aperfeiçoarem seus planos de desenvolvimento institucional priorizando projetos e parcerias visando a sustentabilidade.

CNI



A Confederação Nacional da Indústria (CNI) tem como missão:

“Defender e representar a indústria na promoção de um ambiente favorável aos negócios, à competitividade e ao desenvolvimento sustentável do Brasil”.

Representa 27 federações de indústrias, nos Estados e no Distrito Federal, 1.245 sindicatos patronais associados e mais de 816 mil estabelecimentos industriais. Além disso, interage com 44 associações setoriais.

É responsável pela articulação com o setor produtivo por meio da formação de um Grupo de Trabalho para os ODS do Setor Pri-

vado (GT ODS – Setor Privado).

Em 2018, foram realizados cinco encontros com do GT com o intuito de dialogar sobre o papel do setor privado em relação à Agenda 2030.

Os encontros possibilitaram um melhor entendimento sobre a importância da Agenda 2030 e dos ODS, visando um planejamento de longo prazo para o País. Ou seja, uma agenda de Estado, necessária para que mesmo em momentos de crise ou de transição de governos seja mantido um ambiente minimamente adequado aos ODS no setor produtivo brasileiro.

INSTITUTO ETHOS

INSTITUTO
ETHOS



O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social tem como missão:

“Mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade justa e sustentável”.

Nos seus 20 anos de existência tornou-se um polo de organização de conhecimento, troca de experiências e desenvolvimento de ferramentas para auxiliar as empresas a analisar suas práticas de gestão e aprofundar seu compromisso com a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável

Possuí mais de 500 empresas associadas, mais de 1300 que compactuam compromissos

sustentáveis e mais de 3700 utilizam os Indicadores Ethos.

A realização das Conferências Ethos, em suas diferentes edições permitiram que os frequentadores interagissem e compartilhassem as principais soluções para um contexto em que a inovação e sustentabilidade tornem-se palavras-chave.

Ao adicionar às suas competências o comportamento ético e socialmente responsável, a iniciativa privada conquista o respeito das pessoas e das comunidades que são impactadas por suas atividades, e o resultado é o reconhecimento da sociedade.

FUNDAÇÃO ABRINQ PELOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES

A Fundação Abrinq atua em defesa dos direitos e no exercício da cidadania de crianças e adolescentes. Na CNODS representa mais de 170 organizações e 10 redes da sociedade civil. Por meio das redes articula em favor da implementação nacional e subnacional dos ODS para a redução das desigualdades e da pobreza na infância. Nos seus programas, realizados em mais de 2.300 municípios, promove a implementação de políticas para a infância e adolescência alinhadas aos ODS.

Principais resultados:

Caderno Legislativo da Criança e do Adolescente 2018, com 25 proposições legislativas alinhadas aos ODS;



Cenário da Infância e Adolescência no Brasil 2018, com 18 indicadores prioritários para a análise da situação de crianças e adolescentes e suas desagregações, alinhados aos ODS;



Observatório da Criança e do Adolescente, onde a Fundação Abrinq alinhou seus 248 indicadores e desagregações disponíveis aos ODS;

A Criança e o Adolescente nos ODS – Marco zero dos principais indicadores brasileiros. Análises para fomentar o debate sobre os desafios nacionais na implementação da Agenda 2030, o diálogo com o governo brasileiro e as instâncias internacionais de monitoramento dos ODS e a perspectiva da sociedade civil em relação a esses temas.



IBQP

INSTITUTO BRASILEIRO DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE



O Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade (IBQP) foi criado em 1995 em ambiente de cooperação técnica entre os governos do Brasil e do Japão. A qualidade e a produtividade sempre foram princípios utilizados pelo IBQP para promover a competitividade, o empreendedorismo e a inovação, contribuindo com a construção de um futuro melhor.

Na Comissão Nacional ODS o IBQP re-

presenta o Movimento Nacional ODS Nós Podemos (MNODS), que congrega mais de duas mil instituições em 17 estados brasileiros.

Nos últimos dois anos o MNODS tem atuado em prol da disseminação da Agenda 2030, articulando os três setores, produzindo conteúdos e estimulando as instituições parceiras a realizarem atividades voltadas ao alcance dos ODS em seus municípios, territorializando as ações.

UGT



A União Geral dos Trabalhadores (UGT) tem como princípio uma atuação ampla em defesa dos direitos dos trabalhadores brasileiros e promove atividades para disseminação e fortalecimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Para apoiar os ODS, incorporou uma série de elementos da agenda nas suas estratégias, desenvolve a atividade Jornada 2030, que se refere a capacitação de lideranças sindicais e a disseminação ampla dos ODS.

Sua parceria com os múltiplos "Stakeholders" tem por foco a execução de atividades

conjuntas para a promoção das metas da Agenda 2030 e o fortalecimento do diálogo social.

Das inúmeras atividades desenvolvidas ganham destaque:

- Exposição Fotográfica A Céu Aberto: UGT 10 Anos e os 17 Objetivos De Desenvolvimento Sustentável.

- Fórum Mundial da Água- Planeta ODS e Concurso de Fotografia referente ao ODS 6 (Água e Saneamento).

- Seminário Jornada 2030: Promovendo Os Objetivos De Desenvolvimento Sustentável. Foz Do Iguaçu, Paraná

VISÃO MUNDIAL



A Visão Mundial tem foco em proteção e desenvolvimento das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

Na CNODS ela representa mais de 200 outras Organizações da Sociedade Civil. Desde o início está engajada com a Agenda 2030, especialmente nos ODS 4 e 16.

Atua em suas redes promovendo a disseminação e internalização da Agenda e das oportunidades que proporciona para a construção de uma sociedade justa, pacífica e sustentável.

Apoia 70.257 adolescentes, em 1340 comunidades por meio do desenvolvimento de 79 projetos socioambientais em dez estados brasileiros e no Distrito Federal.

Dentre as principais atividades, destacam-se:

- Criação da Coalizão Igrejas & ODS para disseminação dos ODS no meio cristão evangélico (agosto 2017).

- Oficina Igrejas & ODS em Curitiba, Seminário para 15 diferentes igrejas e organizações cristãs sobre a Agenda 2030 (abril 2018).

- Lançamento do Relatório Luz, em parceria com as organizações que compõem o GT Sociedade Civil na Agenda 2030 (junho 2018).

- Lançamento da Cartilha Igrejas & ODS – material que será distribuído por 21.000 igrejas país (outubro 2018).

- Lançamento do Livro: Porque Deus Amou o Mundo: Igrejas & ODS, traçando um paralelo entre a Bíblia e a Agenda (novembro 2018).



IBGE



Em 2017, o IBGE estruturou 17 grupos de trabalho, por ODS, com participantes das instituições produtoras de informações, para a definição dos planos de ação iniciais para a construção compartilhada dos indicadores globais ODS.

Em setembro de 2017, o IBGE realizou o II Encontro de Produtores de Informação Visando à Agenda 2030, em Brasília (ENAP). O evento contou com o apoio da Segov e do Ministério do Planejamento e teve a participação de cerca de 200 representantes de 50 instituições, que discutiram os indicadores globais visando a sua produção.

Também foi realizado o Seminário ODS Mercosul em outubro de 2017, no Rio de Ja-

neiro, que contou com a participação da Segov, da CEPAL e de representantes dos Institutos de Estatística do Paraguai, Argentina e Uruguai.

O IBGE participou da Sexta e da Sétima Reunião do Grupo de Peritos Intergências sobre Indicadores dos ODS (IAEG-SDGs, em inglês), realizada na cidade de Manama (Bahrain) em outubro 2017 e Viena (Áustria) em abril de 2018.

Em abril de 2018, o IBGE realizou em Brasília o III Encontro de Produtores de Informação Visando à Agenda 2030, quando foi lançada a Plataforma Digital ODS.

O IBGE também abrigou a realização do Seminário do Prêmio ODS Brasil no Rio de Janeiro, em junho de 2018.

IPEA

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

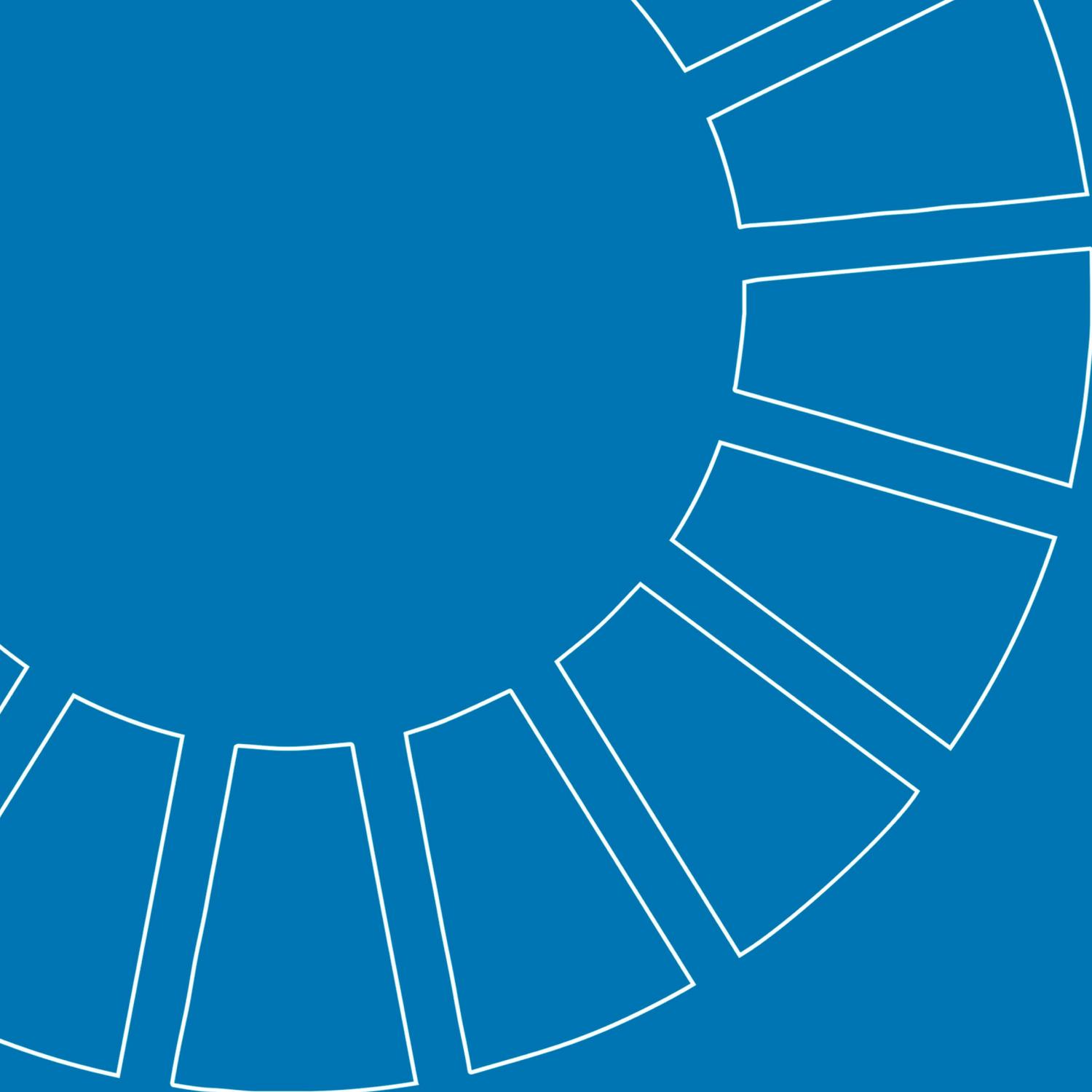


Em sintonia com a sua missão de fornecer suporte técnico e institucional à construção das políticas nacionais de desenvolvimento, o Ipea assumiu a atribuição de fornecer assessoramento técnico permanente à CNODS. Entre as diversas atividades desenvolvidas cabe destacar a elaboração, em 2017, do documento “Erradicando a pobreza e promovendo a prosperidade num mundo em mudança: subsídios ao acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” que reuniu elementos sobre os esforços realizados e os desafios a serem enfrentados para a implementação da Agenda no País. O texto serviu de base para a preparação do primeiro “Relatório Nacional Voluntário sobre os Objetivos de Desenvolvi-

mento Sustentável”.

Em 2018, o Ipea coordenou o processo governamental de adaptação das metas estabelecidas pela ONU às prioridades do Brasil, considerando as estratégias, planos e programas nacionais. A instituição compôs também o Comitê Técnico do Prêmio ODS Brasil. A instituição colaborou nas diversas etapas necessárias à construção desse Prêmio, destacando-se a pré-seleção das práticas finalistas.

Cabe registrar que o Ipea tem ainda participado de diversas iniciativas promovidas pela CNODS e se dedicado a promover debates sobre o tema e a apoiar o processo de definição dos indicadores globais de acompanhamento dos ODS.



ANEXOS

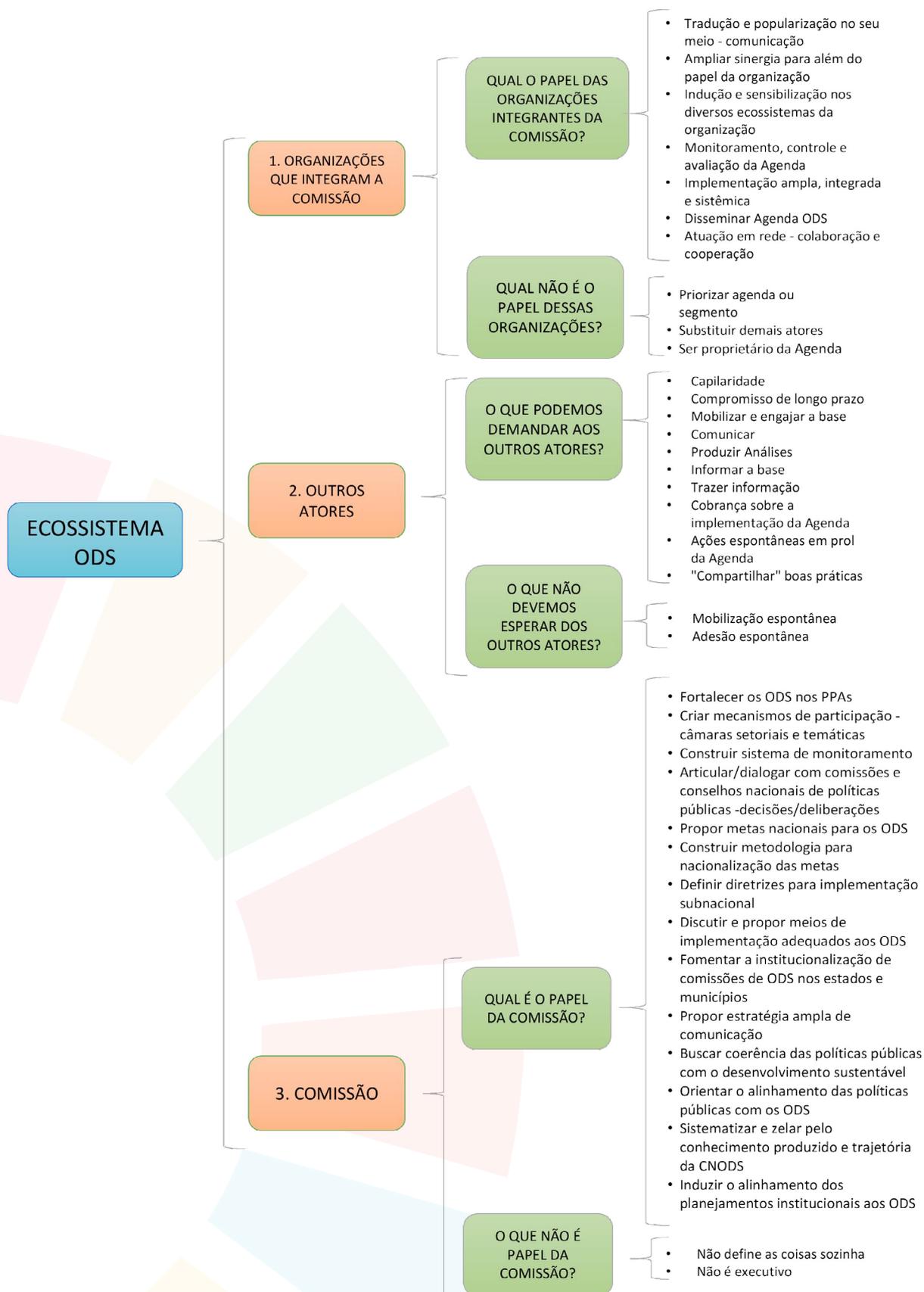
Anexo I - Eventos

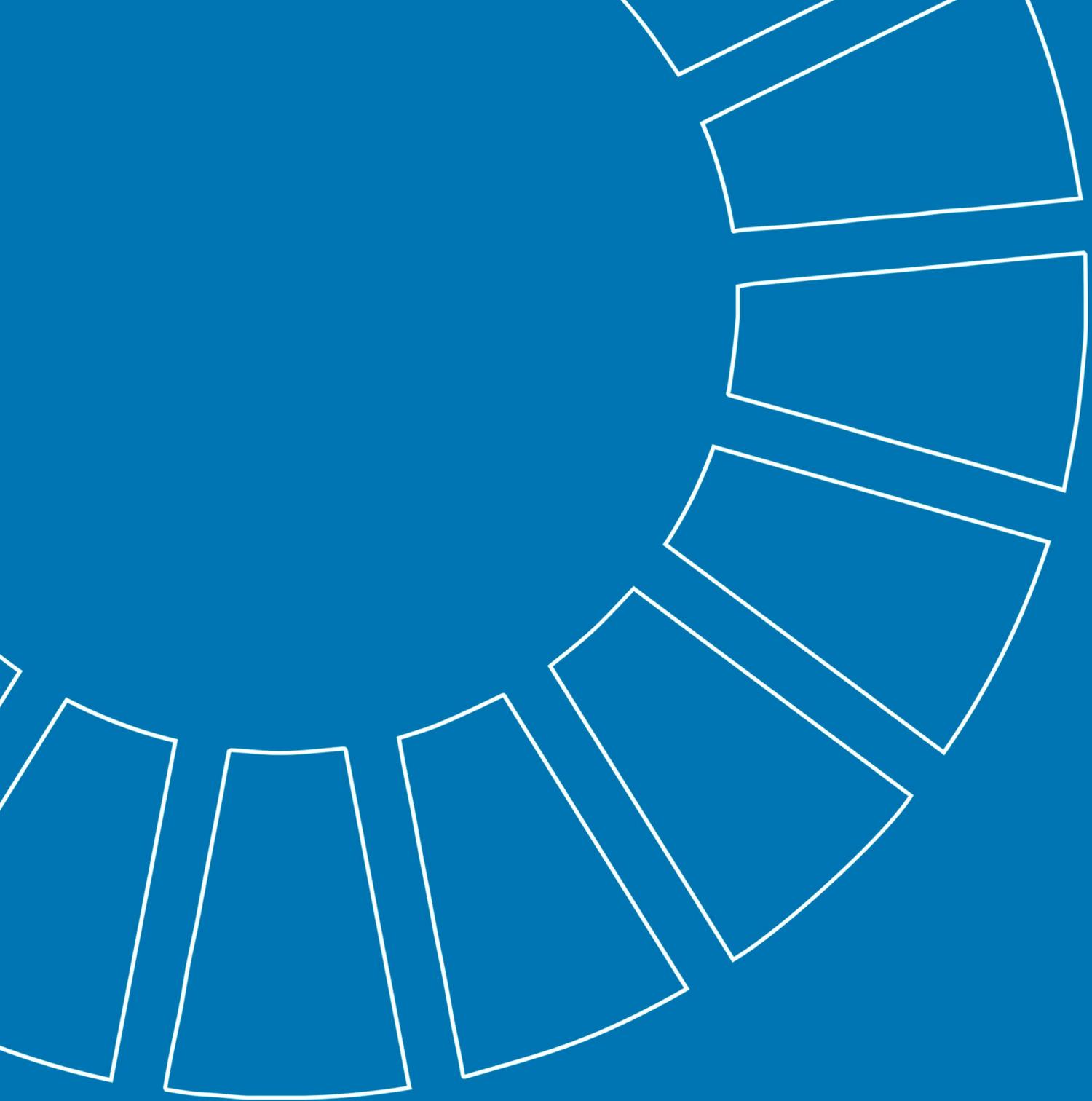
| EVENTOS CNODS | Organizador | Data | Local | Tema |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|-----------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Transformational Leadership for delivering the 2030 Agenda | ONU | Junho/17 | Singapura | SDGs and the Brazilian 2030 Agenda |
| Evento de Posse da CNODS | CNODS/Snas | Junho/17 | Brasília | Posse |
| 1ª Reunião Ordinária da CNODS | CNODS/Snas | Julho/17 | Brasília | Plenária |
| Mesa Redonda sobre Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE). | FGV | Julho/17 | São Paulo | Como aliar ferramentas ESG (environmental, social and governance) e Big Data para promover o investimento sustentável e contribuir para os ODS/Agenda 2030 |
| High Level Political Forum (HLPF) 2017 | ECOSOC/ONU | Julho/17 | Nova Iorque | Divulgação/ Prestação de Contas dos Relatórios Voluntários ODS |
| Federalismo na Agenda 2030 e nos ODS* | SAF, IPEA, CEPAL, Fórum das Federações | Julho/17 | Brasília | Aplicação da Agenda 2030 nos Países federativos |
| Seminário da NTU | NTU - Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos | Agosto/17 | São Paulo | Agenda 2030 Brasil |
| Oficina Qualificar para Localizar | Prefeitura de Barcarena e Rede ODS Brasil | Agosto/17 | Barcarena/Pará | A implementação dos ODS no Brasil |
| III Semana GPDES | Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) | Agosto/17 | Rio de Janeiro | Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: objetivos do Gestor Público? |
| Oficina Delegação Brasileira High Level Political Forum 2017 | CNODS/Snas | Agosto/17 | São Paulo | Alinhamento atividades CNODS |
| 35 Reuniões COM OS Ministérios para internalizar a Agenda 2030 mapeamento PPA X Metas ODS | Oficinas para diagnóstico, adequação de metas e definição de indicadores nacionais para os ODS | Agosto-novembro/17 | Brasília | Sensibilização dos atores governamentais na implementação dos ODS no Brasil |
| Oficina para elaboração do Plano de Ação d CNODS | CNODS/Snas | Setembro/17 | Brasília | Construção do Plano de Ação da CNODS |
| Municípios pelo Desenvolvimento Sustentável - Nova Agenda Urbana e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável | ABM - Associação Brasileira de Municípios | Setembro/17 | Minas Gerais | Oficina sobre a prática da implementação da Nova Agenda Urbana e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos municípios. |
| Oficina Mobilização e Defesa (Advocacy) do Direito à Cidade na Perspectiva Dos ODS na RIDE-DF | UnB - GT ODS Universidade de Brasília | Setembro/17 | Brasília | Apresentação da agenda e principais estratégias de ação de parceiros envolvidos com ODS e Agenda 2030 no DF |
| Encontro Nacional da ONG Moradia e Cidadania Caixa | ONG Moradia e Cidadania Caixa | Setembro/17 | Brasília | Agenda 2030 Brasil |
| "II Encontro de Produtores de Informação Visando à Agenda 2030" | IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística | Setembro/17 | Brasília | Indicadores ODS |
| Mercosul - II Seminário: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável | IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística | Outubro/17 | Rio de Janeiro | A implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Mercosul |
| 27º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação 2017 | FEBAB-Federação Brasileira de Ass. de Bibliotecários, | Outubro/17 | Fortaleza | Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas: como as bibliotecas podem contribuir com a implementação da Agenda 2030" |
| XV Diálogo Inter-bacias de Educação Ambiental e Recursos Hídricos | Secretaria de Meio Ambiente | Outubro/17 | São José do Rio Preto | Instalação da Comissão Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, |
| Progresso na implementação integral da Agenda 2030 na América Latina | RIMISP | Outubro/17 | Bogotá/Colômbia | A implementação dos ODS no Brasil |
| 1ª Reunião Extraordinária da CNODS | CNODS/Snas | Outubro/17 | Brasília | Plenária |
| 14ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia SNCT 2017 | MCTIC - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações | Outubro/17 | Brasília | A implementação dos ODS no Brasil |
| Seminário Jornada 2030 – Promovendo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), | | Outubro/17 | Foz do Iguaçu/Paraná | A implementação dos ODS no Brasil |
| Expert Group Meeting for the update of the SG's guidelines for the VNRs | ONU | Novembro/17 | Incheon/Korea | Benchmarking entre Países sobre o Relatório Voluntário ODS |

| EVENTOS CNODS | Organizador | Data | Local | Tema |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------|------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Programa EUROsociAL+ | União Europeia | Novembro/17 | Costa Rica | Posições do governo brasileiro a serem compartilhadas com as contrapartes latino-americanas e europeia. |
| Índice Multidimensional de Pobreza para o Brasil" | TCU-Tribunal de Contas da União | Novembro/17 | Brasília | A implementação dos ODS no Brasil |
| Reunião entre o Governo Brasileiro e o Sistema ONU | ONU/CNODS | Novembro/17 | Brasília | Agenda 2030 Brasil |
| 2ª Reunião Ordinária da CNODS | CNODS/Snas | Novembro/17 | Brasília | Plenária |
| Open Days 2017 | Cidades Sustentáveis | Dezembro/17 | Bruxelas | A implementação dos ODS no Brasil |
| 2ª Reunião Extraordinária CNODS | CNODS/Snas | Dezembro/17 | Brasília | Plenária |
| Audiência Pública de Regularização Fundiária do Município para explanar sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável com foco na Agricultura Sustentável. | Prefeitura de Canaã/PA | Fevereiro/18 | Canaã dos Carajás/Pará | Divulgação e Implementação dos ODS no Brasil |
| Acompanhar a execução do Plano de Ação da Comissão Nacional para os ODS e conhecer a Plataforma Digital desenvolvida pelo IBGE. | IBGE/Snas | Fevereiro/18 | Rio de Janeiro | A implementação dos ODS no Brasil |
| Cerimônia no Palácio do Planalto lançará o Prêmio ODS Brasil, dará posse ao Comitê de Instalação da Câmara Temática e divulgará o Plano de Ação da Comissão Nacional ODS em âmbito nacional | CNODS/Snas | Março/18 | Brasília | Lançamento do Prêmio ODS Brasil, dará posse ao Comitê de Instalação da Câmara Temática e divulgará o Plano de Ação da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável |
| Seminário de Mobilização e Localização dos ODS e Adesão à Agenda 2030 no Noroeste de Minas | Associação de Municípios do Noroeste de Minas – AMNOR | Março/18 | Arinos/ Minas Gerais | Criação das Comissões Subnacionais dos ODS |
| Fórum Mundial da Água | MCTIC, a ANA – Agência Nacional de Águas e a ADASA - Agência Reguladora Nacional de Águas, Energia e Saneamento do Distrito Federal | Março/18 | Brasília | A implementação dos ODS no Brasil |
| 5 congresso Pernambucano de Municípios | AMUPE | Abril/18 | Recife | Governança subnacional |
| 1ª Oficina Governamental para Adequação das Metas | IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada | Abril/18 | Brasília | Adequação das Metas Globais a realidade brasileira |
| "Segunda Reunión del Foro de los Países de América Latina y el Caribe sobre el Desarrollo Sostenible" | CEPAL | Abril/18 | Santiago no Chile | A implementação dos ODS no Brasil |
| 3ª Reunião Ordinária CNODS | CNODS/Snas | Maio/18 | Brasília | Plenária |
| 27 Seminários para divulgação do PREMIO ODS BRASIL | Snas | Maio-junho/18 | Capitais brasileira | Divulgação do Prêmio ODS Brasil |
| 306ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Saúde | Conselho Nacional de Saúde | Junho/18 | Brasília | A implementação dos ODS no Brasil |
| 3ª Reunião Extraordinária CNODS | CNODS/Snas | Junho/18 | Brasília | Plenária |
| High Level Political Forum (HLPF) 2018 | ECOSOC/ONU | Julho/18 | Nova Iorque | Divulgação/ Prestação de Contas dos Relatórios Voluntários ODS |
| Reunião da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social | CNODS/Snas | Julho/18 | Brasília | Alinhamento atividades CNODS e o Plano Estratégico |
| Reunião dos Centros Colaboradores da Organização Mundial da Saúde/Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil: Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável | OPAS | Julho-agosto/18 | São Paulo | Agenda 2030 Brasil |

| EVENTOS CNODS | Organizador | Data | Local | Tema |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------|-------------|-------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------|
| Reunião ordinária da Comissão Nacional de Meio Ambiente do Conselho Federal de Medicina Veterinária-CFMV). | Comissão Nacional de Meio Ambiente do Conselho Federal de Medicina Veterinária-CFMV). | Agosto/18 | Brasília | A implementação dos ODS no Brasil |
| 4ª Reunião Extraordinária CNODS | CNODS/Snas | Agosto/18 | Brasília | Plenária |
| Oficina de Localização da Agenda 2030, no Pará | Prefeitura de Barcarena e Rede ODS Brasil | Agosto/18 | Belém/Pará | A implementação dos ODS no Brasil |
| Oficina Municípios pelo Desenvolvimento Sustentável – Nova Agenda Urbana e ODS. | Associação Brasileira de Municípios – ABM e Universidade Regional do Cariri – URCA | Agosto/18 | Juazeiro do Norte/Ceará | Como relacionar a Nova Agenda Urbana e os ODS com a realidade dos seus municípios |
| Workshop Internacional Mercosul - Objetivos de Desarrollo Sostenible, Agenda 2030 | MERCOSUL | Setembro/18 | Montevideo/Uruguai | A implementação dos ODS no Brasil |
| Seminário Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Água e Saneamento no Brasil: Governança e Políticas Públicas | IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e ANA – Agência Nacional de Águas | Setembro/18 | Brasília | Agenda 2030 Brasil |
| Aula Magna do mestrado em Desenvolvimento Local da - "Agenda 2030 - implementação dos ODS no Brasil" | UNISUAM | Setembro/18 | Rio de Janeiro | A implementação dos ODS no Brasil |
| Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting (ISAR) - UNCTAD | ONU | Setembro/18 | Genebra/Suíça | A implementação dos ODS no Brasil |
| 5ª Reunião Extraordinária CNODS | CNODS/Snas | Setembro/18 | Brasília | Plenária |
| Oficina Plano Disseminação | CNODS/Snas | Outubro/18 | Brasília | Oficina para definir o Plano de Disseminação da Agenda 2030 Brasil |
| A Declaração Universal dos Direitos Humanos e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável | MDH/Snas | Outubro/18 | Brasília | Agenda 2030 Brasil |
| Estratégia PPCS 2030, o CGPCS e a agenda 2030 | MMA | Outubro/18 | Brasília | A implementação dos ODS no Brasil |
| 15ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia SNCT 2018 | MCTIC - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações | Outubro/18 | Brasília | A implementação dos ODS no Brasil |
| Fórum Interconselhos 2017 | Ministério do Planejamento/SNAS | Novembro/18 | Brasília | A implementação dos ODS no Brasil |
| 4ª reunião ordinária | CNODS/Snas | Novembro/18 | Brasília | Plenária |
| Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting (ISAR) - UNCTAD | ONU | Dezembro/18 | Genebra/Suíça | Workshop para preparação dos Relatórios Voluntários HLPF |
| 6ª Reunião Extraordinária CNODS | CNODS/Snas | Dezembro/18 | Brasília | Plenária |
| Cerimônia de Premiação Prêmio ODS Brasil | Snas | Dezembro/18 | Brasília | Premiação práticas finalistas e lançamento do Banco de Práticas |

Anexo II - Mapa do ecossistema do Plano de Ação da CNODS





GLOSSÁRIO

| | |
|-----------------|-------------------------------------------------------------------------------------|
| ABC | Academia Brasileira de Ciências |
| ABEMA | Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente |
| ANDIFES | Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior |
| CEPAL | Comissão Econômica para a América Latina e Caribe |
| CNI | Confederação Nacional da Indústria |
| CNM | Confederação Nacional de Municípios |
| CNODS | Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável |
| CNS | Conselho Nacional das Populações Extrativistas |
| CTGAP | <i>Cape Town Global Action Plan for Statistics for Sustainable Development Data</i> |
| CTs | Câmaras Temáticas |
| DF | Distrito Federal |
| DGC | Diretoria de Geociências |
| DPE | Diretoria de Pesquisas |
| ECOSOC | <i>The Economic and Social Council</i> |
| ENAP | Escola de Administração Pública |
| ENDES | Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social |
| ESTATGEO | Plataforma colaborativa no auxílio ao monitoramento de censos |
| ETHOS | Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social |
| FEBRABAN | Federação Brasileira de Bancos |
| Fundação Abrinq | Fundação Abrinq pelos direitos das crianças e dos adolescentes |
| GT | Grupo de Trabalho |
| HLPF | <i>High-level Political Forum</i> |
| IAE | Instituto de Altos Estudos |
| IAEG – SDGs | <i>Inter-agency and Expert Group on SDG Indicators</i> |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IBOPE | Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística |
| IBQP | Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade |
| INDE | Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais |
| IPEA | Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada |
| ISAR | <i>International Standards of Accounting and Reporting</i> |
| MDS | Ministério do Desenvolvimento Social |
| MMA | Ministério do Meio Ambiente |
| MP | Ministério do Planejamento |
| MRE | Ministério das Relações Exteriores |
| ODM | Objetivos de Desenvolvimento do Milênio |

| | |
|--------|-----------------------------------------------------------|
| ODS | Objetivos do Desenvolvimento Sustentável |
| OIT | Organização Internacional do Trabalho |
| OMS | Organização Mundial da Saúde |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| OPAS | Organização Pan Americana da Saúde |
| PGI | Plataforma Geográfica Interativa |
| PNAD | Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios |
| PNUD | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento |
| PPA | Plano Plurianual |
| PPP | Paridade do Poder de Compra |
| PR | Presidência da República |
| RIMISP | <i>Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural</i> |
| SECEX | Secretaria Executiva |
| SECOM | Secretaria de Comunicação |
| SEGOV | Secretaria de Governo |
| SEPLAN | Secretaria de Planejamento do Ministério do Planejamento |
| SIDRA | Sistema IBGE de Recuperação Automática |
| SIOP | Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento |
| SNAS | Secretaria Nacional de Articulação Social |
| TCU | Tribunal de Contas da União |
| UGT | União Geral dos Trabalhadores |
| UNCTAD | <i>United Nations Conference on Trade and Development</i> |

SECRETARIA NACIONAL DE
ARTICULAÇÃO SOCIAL

SECRETARIA DE
GOVERNO

